

ATA

N.º 05/2024

**SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em
30 de setembro de 2024**



**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE,
REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2024:**

---Aos **trinta** dias do mês de **setembro** do ano **dois mil e vinte e quatro**, na Casa do Povo da vila de Apúlia, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de Carlos Manuel Pires Martins da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.-----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, Otilio Silva Hipólito e Jaqueline Casado Afonso Areias.-----

---Para além dos membros da Mesa encontravam-se presentes os seguintes membros:-----

Tito Alfredo Evangelista e Sá,
António José Pereira Morgado,
José Maria Losa Esteves,
Marta Margarida Silva de Carvalho Viana,
Sara Filipa Gonçalves Herdeiro,
José Manuel Cruz Silva,
Anabela Solinho Martins,
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,
Sandra Patrícia de Sá Gomes,
Baltazar Almeida da Costa,
Domingos José da Cruz Carvalho,
Francisco Manuel Guimarães de Melo,
António Maria Miranda Neves, em substituição de Paulo Fernando Ferreira Teixeira,
Mariana Gonçalves Viana,
Ilídio Moraes Rodrigues,
Manuel Marcelino Correia da Silva Cunha,
Armando Luís Lopes Martins,
Manuel José Sampaio Viana,
Vitor Manuel Queirós Quintão,
Eduardo Oliveira Maia,
Mário Pires de Boaventura,
Valdemar Mota de Faria,
Manuel Eiras Martins de Abreu,
Aurélio Mariz Neiva,
Carlos Veiga Escrivães e
Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 20 horas e 40 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, Artur Guilherme Lima de Sousa Emílio, em representação desta, bem como dos Vereadores:

Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,
Luís António Sequeira Peixoto,

António Sérgio Moreira Mano,
Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa,
Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar, e
António Manuel da Cruz Azevedo Abreu.-----

---Verificou-se a ausência do Senhor Deputado Municipal Celestino Cubelo Morais.-----

---Não compareceram inicialmente os Senhores Deputados Municipais Manuel Fernando Lima de Meira Torres e Manuel José Sampaio Viana, tendo os mesmos chegado pelas 20 horas e 45 minutos e, o Senhor Deputado Municipal Armando Luís Lopes Martins, tendo chegado pelas 20 horas e 50 minutos.-----

O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia começou por saudar os Senhores membros da Assembleia Municipal, incluindo os Senhores Presidentes de Junta, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, as pessoas que estavam a prestar apoio à assembleia, bem como, o público em geral.

De seguida, informou que o Senhor Deputado do PPD/PSD Paulo Fernando Ferreira Teixeira, se fez substituir pelo Deputado António Maria Miranda Neves.

Antes de começar pediu permissão para proferir umas breves palavras, nos seguintes termos:

“Bem-vindos a esta sessão da Assembleia Municipal realizada nesta vila de Apúlia, na Casa do Povo de Apúlia.

Quero agradecer a todos os que contribuíram para que estejamos aqui hoje, especialmente os envolvidos na logística para que esta reunião pudesse acontecer (colaboradores do município, junta da união de freguesias) e um agradecimento em particular à Direção da Casa do Povo de Apúlia e ao seu Presidente Juvenal Oliveira.

Com estas medidas, pretende-se, acima de tudo, aproximar os cidadãos e interessar as pessoas pelos interesses do Município, combatendo o imobilismo e estimulando a participação cívica e política no local por excelência onde os cidadãos podem expressar a sua opinião acerca de assuntos relacionados com o Município. E nós, temos que fazer o nosso papel, dignificando a função que desempenhamos, dignificando aqueles que representamos, independentemente de termos ideias diferentes.

Hoje é a primeira reunião em que temos como Presidente da Câmara o Engenheiro Guilherme Emílio, depois da suspensão do mandato do Arquiteto Benjamim Pereira, em virtude de ter sido convidado para um novo desafio e ao qual disse que sim. Um exemplo de como as instituições funcionam numa sociedade democrática e madura. Desejo aos dois votos de sucesso nas novas funções.”-----

Mais referiu, esperar que, de acordo com o partilhado na conferência de líderes, os trabalhos decorressem com fluidez, e que pudessem atingir o objetivo de duração máxima daquela assembleia, de duas horas, a duas horas e meia.-----

Informou ainda o público presente que se poderia inscrever para intervenção, caso o pretendessem fazer.-----

01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:_____



01.01 - APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2024 - PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia vinte e sete de junho de 2024 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE DOS PRESENTES, APROVAR A ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 27 DE JUNHO DE 2024.-
Não participaram na votação os senhores deputados municipais António Maria Miranda Neves, Aurélio Mariz Neiva e Mário Ferreira Fernandes, ao abrigo do impedimento legal previsto no nº 3 do artigo 34º do CPA, por não terem estado presentes na sessão de 30 de abril de 2024.----
Não participaram igualmente na votação os senhores deputados municipais Armando Luís Lopes Martins, Manuel Fernando Lima de Meira Torres e Manuel Eiras Martins de Abreu, por não se encontrarem presentes na sessão, no momento da votação do presente assunto.-----

01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.-----

Interveio o Sr. Presidente da Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão, Valdemar Faria, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo feito a seguinte intervenção:

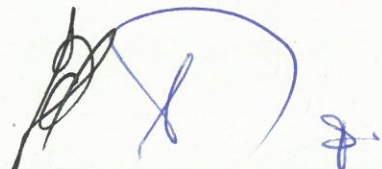
*“Ex.mo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Doutor Carlos Silva,
Restantes membros da Mesa,
Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Eng.º Guilherme Emilio,
Na sua pessoa cumprimento todo o seu executivo,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Caros colegas Presidentes de Junta,
Público aqui presente,*

Em primeiro lugar, quero deixar um cumprimento muito especial a todas e a todos que aqui hoje estão connosco.

Em segundo lugar quero agradecer aos órgãos sociais da Casa do Povo de Apúlia, pela cedência deste espaço e pela realização da Assembleia Municipal. Gesto demonstrativo da vossa abertura e cooperação para a realização de eventos marcantes na Freguesia de Apúlia.

Um bem-haja pela vossa disponibilidade.

É para mim uma honra, enquanto Presidente da junta da União de Freguesias de Apúlia e



Fão, receber hoje em Apúlia, esta sessão da Assembleia Municipal descentralizada. Estou certo, de que se trata de uma forma de aproximar ainda mais, o exercício das funções autárquicas das pessoas e, por esse facto, parabeno a Assembleia Municipal, na pessoa do professor doutor Carlos Silva, por tão importante decisão. Sejam bem-vindos a Apúlia, uma terra que sempre soube receber e bem tratar quem nos visita, sintam-se em casa. Obrigado!"-----

Intervio de seguida o Sr. Deputado Municipal, Otílio Hipólito, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo referido:

*"Ex.mo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Esposende e demais membros da mesma,
Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal
e demais Vereadores aqui presentes,
Ex.mos. Senhores Membros da Assembleia Municipal,
Estimado Público,*

O grupo político do PSD vem aqui neste momento apresentar um Voto de Pesar e um Voto de Louvor, que passo, entretanto, a ler:

1 – VOTO DE PESAR PELOS BOMBEIROS FALECIDOS NO COMBATE AOS INCÊNDIOS.-----

"Foram inúmeros os incêndios que assolaram o nosso país, nas últimas semanas e, conseqüentemente, foram também muitos os bombeiros que defenderam, heroicamente, o nosso território dedicando a sua vida a esta nobre causa.

João Manuel dos Santos Silva, de 60 anos, Bombeiro da Corporação de Bombeiros de São Mamede de Infesta, Sónia Cláudia Melo, de 36 anos, Susana Cristina Carvalho, de 44 anos, e Paulo Jorge Santos, de 38 anos, Bombeiros da Corporação de Vila Nova de Oliveirinha, quatro valorosos soldados da paz, imbuídos do espírito do lema que os caracteriza, "vida por vida", deixaram-nos na memória um exemplo de dedicação e entrega na defesa do nosso território.

Representam por isso, uma inspiração e um exemplo a seguir, por todos e pelas gerações vindouras.

Neste momento de dor, os membros desta Assembleia Municipal, associam-se às famílias, aos amigos, e às Corporações de Bombeiros de São Mamede de Infesta e de Vila Nova de Oliveirinha, endereçando-lhes as mais sentidas condolências, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento.

Mais propomos que, esta deliberação seja comunicada, por escrito, às digníssimas famílias, à Autoridade Nacional de Proteção Civil, e às Corporações de Bombeiros de São Mamede de Infesta e de Vila Nova de Oliveirinha."-----

2 – VOTO DE LOUVOR AO ARQ.TO ANTÓNIO BENJAMIM DA COSTA PEREIRA.-----

*“**António Benjamin da Costa Pereira** esteve 15 anos ao serviço do Concelho e dos Municípios de Esposende, dos quais 11 como Presidente da Câmara, e onde durante esse período, pela sua ação política e sem nunca pôr em causa a sustentabilidade financeira do município, triplicou o montante do orçamento municipal.*

Durante o tempo em que exerceu as funções de Presidente da Câmara, Benjamin Pereira destacou-se pela sua assinalável dedicação absoluta ao concelho e aos municípios, através da implementação de um conjunto de obras, de projetos e de políticas que resultaram no crescimento e no desenvolvimento do concelho de Esposende.

Homem trabalhador, resiliente e dedicado às pessoas, com visão estratégica e de futuro, Benjamin Pereira incorpora uma forte capacidade de liderança que o levou a fazer sempre o melhor para o município e para as suas gentes.

***Benjamin Pereira** iniciou a sua vida autárquica no ano de 2005, integrando o executivo da Junta de Freguesia de Forjães, órgão que viria a liderar no ano de 2007.*

Antes de chegar à presidência da câmara, foi vice-presidente da autarquia no mandato de 2009 a 2013.

Nas eleições autárquicas de 29 de setembro de 2013, Benjamin Pereira foi eleito Presidente da Câmara Municipal de Esposende pela primeira vez, tendo tomado posse e assumido as funções de presidente do executivo no dia 7 de outubro desse ano.

Reeleito no cargo de presidente por duas vezes nas listas do PSD, sobre a sua liderança, o PSD alcançou três maiorias absolutas, tendo elegido 6 vereadores em 7 possíveis, nos mandatos de 2017-2021 e de 2021-2025.

A sua entrega à causa pública e o seu trabalho em prol das pessoas, fizeram com que Benjamin Pereira fosse escolhido pelo Sr. Primeiro Ministro, Luís Montenegro, para assumir a liderança do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU), cargo que agora ocupa desde o dia 9 de setembro último.

***Por tudo isto, e atendendo à dedicação, profissionalismo, empenho e competência demonstrados ao longo dos anos em que serviu o nosso Município, o grupo político do Partido Social Democrata da Assembleia Municipal de Esposende, na sua reunião ordinária de dia 30 de setembro de 2024, propõe deliberar a atribuição de um voto de Louvor ao Arq.º António Benjamin da Costa Pereira, pela forma como sempre desempenhou as funções de Presidente da Câmara Municipal de Esposende.**-----*

Interveio depois o Sr. Deputado Municipal, António José Morgado, do Grupo Político do PPD/PSD, tendo feito a seguinte intervenção:

“Ex.mo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal

Ex.mo. Senhor Presidente da Câmara Municipal

Senhoras e Senhores Vereadores

Senhoras e Senhores Deputados Municipais

Senhores Presidentes de Junta

Público presente,

Desde a última sessão da Assembleia Municipal, muita coisa aconteceu.

Foram apresentados pelo executivo, vários projetos à população e todo um conjunto de iniciativas que marcaram o verão.

Foram também, inauguradas obras importantes para o concelho e para a população, como

aconteceu aqui na freguesia de Apúlia, com a inauguração do Cruzeirinho dos Mouros.

Mas, Sr. Presidente, quero em primeiro lugar, começar a minha intervenção por destacar a assunção do Eng.º Guilherme Emílio à presidência da Câmara Municipal, depois do Arq. Benjamim Pereira ter assumido a liderança do Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) a convite do Sr. Primeiro-Ministro, Luís Montenegro.

Ao Eng.º Guilherme Emílio é-lhe reconhecida uma vasta experiência política, uma grande capacidade de realização, capacidade de trabalho e de liderança.

Estas características são demonstrativas das suas competências políticas e técnicas, e são o garante de que o projeto político do PSD, sufragado por larga maioria em 2021, receberá agora um novo impulso, garantindo assim, que serão cumpridos os compromissos assumidos com a população do concelho.

Esta transição na liderança do executivo, garante estabilidade no bom funcionamento da Câmara Municipal, e garante a continuidade das políticas estruturantes implementadas no concelho ao longo dos últimos anos.

Sr. Presidente Guilherme Emílio, quero aqui, em nome do PSD de Esposende, dar-lhe os parabéns pela ascensão à presidência da Câmara Municipal, desejar-lhe as maiores felicidades no exercício do cargo, e dizer-lhe que pode contar com todo o apoio e confiança do grupo político do PSD nesta Assembleia Municipal.

Estou certo, que em conjunto, e com o seu executivo, será bem-sucedido nesta sua nova e tão nobre missão.

Sr. Presidente, senhoras e senhores deputados, senhores presidentes de junta.

Dito isto, importa agora virarmos o foco para o que verdadeiramente impactou na vida das pessoas nos últimos tempos.

Falando em primeiro lugar de educação, setembro é o mês que marca o início do ano letivo. Sendo este o segundo ano em que a responsabilidade do processo recai sobre o município, à semelhança do que sucedeu no ano passado, não se verificaram constrangimentos neste arranque letivo, e até ao momento, não há registos de problemas com a falta de professores nas escolas.

Congratulamo-nos por isso, e pela boa organização e o bom trabalho desenvolvido nessa área por parte do executivo, e de toda a comunidade escolar envolvida, nomeadamente dos conselhos diretivos das escolas do concelho.

Mas setembro é também o momento de fazer o balanço das políticas implementadas pelo executivo na época balnear. Falo do impacto do programa "Esposende Verão 2024", que pela sua diversidade e qualidade, nomeadamente naquilo que foram as atividades lúdicas, de lazer e de bem-estar da população, contribuíram para que Esposende continue a afirmar-se como sendo um dos lugares mais atrativos e a ser considerado no panorama turísticos no norte do país. Nomeadamente, pela dinamização que este programa proporcionou à economia local, trazendo ganhos significativos à hotelaria e ao comércio local.

Senhor Presidente, senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta.

Falando agora dos grandes projetos apresentados pela câmara no último mês de agosto, dizer o seguinte:

Em política, fala-se muitas vezes da necessidade de planeamento estratégico para o desenvolvimento dos territórios.

Olhando para o concelho de Esposende e para a estratégia seguida ao longo dos últimos anos, verificamos, quanto a isso, que os sucessivos executivos se têm saído particularmente bem.

Pelo que não será demais destacar a visão que o executivo tem vindo, e está a revelar quanto a



esta questão.

Se olharmos para trás, constatamos que o executivo soube ler os sinais dos tempos, e percebendo que as pessoas procuram qualidade de vida, bons equipamentos, bons serviços públicos e segurança para se fixarem num determinado lugar, o executivo seguiu essa política, e com isso teve bons resultados no concelho.

A comprová-lo está o aumento demográfico que se tem verificado nos últimos anos, como atestam os últimos censos de 2021.

Perante a necessidade de manter essa trajetória de crescimento e atratividade de mais população residente, o executivo conseguiu fazer um upgrade à sua estratégia de desenvolvimento. Fê-lo, acrescentando um novo eixo e uma nova dimensão, que se traduziu na aposta, clara, no ensino superior e na educação.

Uma aposta que resultou num novo paradigma de desenvolvimento, e que ganhou força com a confirmação dos investimentos avultados nas obras de requalificação da Escola Secundária Henrique Medina, na obra de requalificação do edifício sede da escola profissional atualmente em curso, e nas obras de beneficiação do Centro Escolar de Forjães, entre muitas outras obras nessa área. Mas ganhou ainda mais força com a confirmação da chegada do ensino superior, aquando da inauguração do polo do IPCA, que trouxe a Esposende o Sr. Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, permitindo valorizar o ensino superior e a investigação como eixo estratégico de desenvolvimento para o concelho.

E porque estamos em Apúlia, é importante lembrar que esta aposta não se quer centralizada. A investigação, com o projeto MarUMinho, é para implementar, em parceria com a U. Minho, aqui em Apúlia, nas antigas instalações da Estação Radio Naval. E, a já garantida obra de construção da residência para estudantes, será para construir na vila de Fão, ou seja, nesta União de freguesias. Já agora Sr. Presidente, pode nos dizer em ponto se encontra o projeto MarUminho?

A completar estes investimentos no conhecimento e na investigação, também o Centro de Divulgação Científica e Cultural, a instalar no Forte S. João Batista, aportará maior dimensão a esta aposta estratégica do município, trazendo também uma forte componente cultural e patrimonial com a implementação do Museu D. Sebastião naquele espaço.

Todos estes investimentos, pela sua natureza, irão nos permitir continuar a modernizar e desenvolver outras áreas importantes, levando à implementação de novas valências no concelho, e ao melhoramento das acessibilidades, criando mais infraestruturas, que por sua vez contribuirão para melhorar a qualidade de vida de quem cá vive e de quem nos visita.

Refiro-me a obras como o Parque da Cidade, atualmente em construção, à requalificação das vias de comunicação, e à oferta social e cultural, que é muito variada, e está implementada um pouco por todo o concelho.

Mas refiro-me também aos muitos projetos em curso na área ambiental e que dizem muito ao concelho de Esposende.

Sr. Presidente, se o planeamento exige visão de longo prazo, o aproveitamento das oportunidades de investimentos que surgem no momento, por força das políticas implementadas pelo Estado, é também essencial para alcançar a sustentabilidade do crescimento do território.

E esta, acaba por ser uma outra forma de complementar e consolidar a estratégia de desenvolvimento seguida pelo município. Depois de garantidos os financiamentos para a construção e reconstrução dos Centros de Saúde de Esposende e Apúlia através dos fundos do PRR, foram também apresentados por parte da câmara, os respetivos projetos à população, o

que permitiu tomar contacto com aquilo que será a realidade muito em breve nesta área da saúde.

E já agora, porque estamos em Apúlia, alguns duvidavam da concretização destas obras. Mas, com o início dos trabalhos no Centro de Saúde de Apúlia no passado dia 24, está aí a prova de que a verdade esteve sempre do lado da câmara municipal, da junta de freguesia, e do PSD. Desde a primeira hora, que a câmara e a junta de freguesia souberam diligenciar, no sentido de contrariar a ordem de encerramento dada pela tutela do então governo socialista.

Ainda sobre o encerramento do centro de saúde de Apúlia, é importante que a população de Apúlia perceba que não é procurando dividir a população com manifestações com interesses partidários, que se defendem os interesses e os direitos das pessoas.

Por isso, parabéns à Câmara Municipal e à junta de freguesia de Apúlia que souberam sempre estar do lado certo da solução, agindo de forma serena, com responsabilidade, resiliência e muito trabalho, e assim chegaram a este momento da concretização da obra. O PS fechou o Centro de Saúde, a Câmara municipal e a Junta de Freguesia vão reabri-lo!

Senhor Presidente,

Trazendo agora à colação outra dimensão do planeamento sustentado do território, nomeadamente do ponto de vista da planificação urbana da cidade, com a apresentação pública do projeto do Parque Desportivo Municipal, foi dado mais um passo importante na consolidação do crescimento da cidade de Esposende, ficando mais claros os seus limites físicos.

Uma visão que consideramos estar correta, pois é realista, e sobretudo, é ajustada no tempo, à dimensão e às necessidades da Cidade de Esposende.

Dito isto, Sr. Presidente, e porque esta visão estratégica tem um rosto, temos que ser justos e destacar quem deu o passo decisivo na consolidação deste objetivo: o arquiteto Benjamim Pereira.

E por muito que haja quem discorde ou julgue o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal nos últimos anos, ou advogue o fracasso e o insucesso de Benjamim Pereira e das suas políticas, não se pode ter memória curta. E por isso, falando apenas de algumas obras, importa lembrar o seguinte:

Muitos questionaram a utilidade do canal intersector. Hoje nada têm a dizer, a não ser que além do sucesso da sua função principal, que é proteger a cidade das cheias, dele vão usufruindo para lazer.

Outros, negaram-se à capacidade de concretização do parque da cidade. Hoje, a obra está em curso e em breve será uma realidade.

Houve ainda, os que afirmavam que nunca haveria ensino superior em Esposende. Conforme aqui já disse, foi inaugurado o polo do IPCA de Esposende, e em breve, será também uma realidade a residência para estudantes a construir em Fão.

Aos que diziam que nada se fez na educação e na saúde, deles, nem uma palavra ouvimos sobre o que têm a dizer sobre a requalificação da Escola Secundária Henrique Medina, sobre a construção do novo centro de saúde de Esposende, ou sobre a requalificação do centro de saúde de Apúlia.

Antes de suspender o seu mandato, Benjamim Pereira apresentou também os projetos para Estratégia Local de Habitação a implementar no concelho. Um conjunto de projetos que resultaram de um trabalho de estudos e levantamentos exaustivos levados a cabo nos últimos anos, para se avaliar as necessidades habitacionais de caris social, de que padece o concelho na atualidade, e com base nesses estudos, foram propostas a construção de 104 casas e a



requalificação e melhoria dos edifícios de habitação social já existentes.

Poderíamos ainda falar sobre o projeto da barra em Esposende, que recentemente teve desenvolvimentos no sentido da sua implementação aquando da visita do Sr. Ministro da Agricultura, das Pescas e do Mar, o Eng.º José Manuel Fernandes, ou do projeto de Cedovém e Pedrinhas aqui em Apúlia. Mas se assim fosse, muito mais haveria para relembrar!

E por muito que haja quem se negue às evidências, quis o destino que as políticas e o trabalho levado a cabo pelo arquiteto Benjamim Pereira fossem reconhecidos. Não através de meros elogios, mas de duas formas diferentes: A primeira através de 3 maiorias absolutas e com a eleição de 6 vereadores em 7 nos dois últimos mandatos. A segunda, pelo reconhecimento do Sr. Primeiro-Ministro, que lhe atribui responsabilidades acrescidas na sua ação política, e onde doravante terá que implementar a política de habitação seguida pelo governo da república.

Antes de terminar Senhor Presidente, não posso deixar de falar sobre o resultado da ação governativa do Dr. Luís Montenegro. Estes últimos 6 meses têm sido de cumprimento dos compromissos assumidos com os portugueses. Passo a passo vão se resolvendo os problemas herdados da governação socialista. Mesmo perante a irresponsabilidade da oposição que, para dificultar a elaboração do orçamento para 2025, de tudo tem feito para condicionar a implementação plena do programa de governo. Fazem-no constituindo alianças e maiorias negativas na Assembleia da República, aprovando e acrescentando encargos futuros aos portugueses, impedindo a redução de impostos, através de medidas populistas e irresponsáveis, cujo único objetivo é retirar margem ao governo para forçar eventuais eleições antecipadas, e assim poder responsabilizar o PSD.

Contudo, e apesar da chantagem política exercida pela oposição, o Dr. Luís Montenegro tem sabido manter o rumo e o foco na implementação das suas políticas. E em seis meses, conseguiu o que os governos socialistas e da geringonça foram incapazes de fazer. Nomeadamente, resolver o problema dos professores, das forças de segurança, dos médicos, dos funcionários judiciais, entre outros. E isso, este governo já o conseguiu.

Termino Senhor Presidente, reiterando o que disse no início desta intervenção, deixando, ainda dois agradecimentos.

Primeiro, felicita-lo uma vez mais Sr. Presidente, Guilherme Emílio, dizendo-lhe que pode contar com o PSD nesta Assembleia Municipal para levar por diante o projeto político saído das eleições de 2021, para o qual tem contribuído de forma decisiva através da sua ação política.

Por último, os agradecimentos.

Em nome do Grupo político do PSD, quero deixar um agradecimento especial ao Arq. Benjamim Pereira, pelo excelente trabalho que deixou feito no concelho e desejar-lhe as maiores felicidades nas funções que agora abraçou à frente do IHRU.

E ainda, em nome do PSD, um agradecimento sem fim a todos os bombeiros deste país, pela forma abnegada e sempre heroica com a qual continuam a defender o nosso Portugal.

Muito Obrigado.”-----

Interveio o Sr. Deputado Municipal, Tito Evangelista e Sá, do Grupo Político do PS, tendo feito a seguinte intervenção política:

“Senhor Presidente da Mesa,
Senhor Presidente da Câmara,

eu já tinha dito na última sessão que ia estar aí sentado, pareço bruxo.

Antes de mais, gostava de assinalar o facto de estarmos aqui em Apúlia, a fazer esta sessão da Assembleia Municipal, pena é, que ao fim de 3 anos de mandato, esta seja a segunda fora de Esposende. Foi feita uma já o ano passado em Forjães, agora esta em Apúlia, quando no concelho, tem condições, para fazer muito mais sessões da Assembleia fora de Esposende. E, portanto, assinalar isso, é muito positivo, ainda por cima, correspondido com uma presença massiva de apulienses a assistir a esta assembleia, o que também é muito positivo.

Pena é também, que esta maioria não tenha permitido mais cedo, a transmissão das assembleias via online, porque assim as pessoas, todos os esposendenses podiam estar em sua casa, a assistir às assembleias, coisa que até agora ainda não foi possível, vem hoje aqui um regulamento para aprovarmos, vamos ver se para o próximo mandato já vai ser possível, porque senão, as pessoas percebiam melhor o que se passa no concelho.

Eu só tenho 6 minutos para falar, ao contrário do PSD que tem 20, mas vou ter que ser sucinto, até porque já fui avisado que não há tolerâncias.

Eu só gostava de dizer o seguinte, se há freguesia a quem o PSD devia estar eternamente grato, é Apúlia. Porque Apúlia tem dado sucessivas maiorias, esmagadoras maiorias ao PSD, e o PSD, desvaloriza Apúlia completamente.

Não sei porque é que o faz, até porque, Apúlia ao dar essas maiorias sucessivas ao PSD, não só está a prejudicar-se a si própria, como está a prejudicar o concelho todo, porque os votos de Apúlia também vão para o resto do concelho. E, portanto, não sei porque o faz, não sei se é uma espécie de Síndrome de Estocolmo, o que é, não sei o que se passa, mas há uma coisa que eu gostava de dizer, o Senhor Arquitecto Morgado, elencou aqui uma quantidade de coisas maravilhosas que foram feitas aqui na Apúlia, pelo antigo Presidente da Câmara, e pelo PSD, esqueceu-se de dizer uma série de coisas que eu acho que são importantes. Quanto à questão do Centro de Saúde, se a Câmara tivesse recebido as competências que o Governo quis dar, muito mais cedo, tinha resolvido o problema do Centro de Saúde, muito mais cedo. Porque a Câmara vai resolver o problema do Centro de Saúde, quer o arranjo deste, quer a construção do de Esposende, com dinheiro que foi negociado com o Governo do PS. Só para Esposende são cinco milhões de euros que foram distribuídos, para a construção do novo Centro de Saúde. E aqui, este Centro de Saúde, convém dizer, eu trouxe porque já calculava, eu já conheço os métodos e já calculava que iam dizer o que disseram e, é preciso dizer, que na reunião de 30 de abril deste ano, foi apresentado um Plano de Saúde para Esposende, e sabem qual era a proposta para intervenção no Centro de Saúde de Apúlia?

Era a médio prazo, eram 4 anos. E depois, perante a nossa reação, nós mudamos o sentido de voto, que éramos para votar contra, e fizemos uma declaração de voto, que eu vou passar a ler e que está em ata, quem quiser é só ir à internet ver a ata da Assembleia de 30 de abril deste ano, página 35, que diz assim: "O Partido Socialista ia votar contra esta proposta, precisamente por dizerem que o Centro de Saúde de Apúlia seria uma obra a médio prazo e não uma obra de imediato. Uma vez que, o senhor Presidente da Câmara deu a sua palavra de honra, durante a explicação ao público, de que a obra seria lançada ainda este mês de maio e que seria executada a muito curto prazo, nós vamos-lhe conceder o benefício da dúvida e vamo-nos abster."

Inicialmente não estava previsto, o arranjo do Centro de Saúde ser feito agora, estava previsto no plano no Plano que foi apresentado à Assembleia, estava previsto a 4 anos, e foi aprovado em Câmara, antes de vir à Assembleia.



Há uma questão paradigmática que tem a ver com a questão do relacionamento do PSD com Apúlia, que é a questão do edifício do Pérola, isto que a Câmara fez com o edifício do Pérola e com os apulienses, diz tudo sobre o respeito que tem pelos apulienses.

Eu vou dizer o seguinte, e isto consta de uma declaração minha que está na página 33 da reunião de 29 de junho de 2022 e diz o seguinte:

“Iniciava por uma confissão feita pelo Senhor Presidente da Câmara durante esta Assembleia, que andava há um ano a preparar a Hasta Pública, para venda dos imóveis, nomeadamente a questão do Pérola.

O que significa que quando foram as eleições, a 26 de setembro do ano passado, enganou a população do concelho, enganou os esposendenses, principalmente os apulienses, porque nunca disse que ia vender o Pérola. Pelo contrário, até disse que ia ouvi-los sobre as intenções sobre o Pérola.”

Quanto ao edifício Pérola, depois falo dos outros porque foi vendido não só o Pérola como um edifício em Esposende, em Forjães e noutra freguesia.

“Mas, quanto ao edifício Pérola, assim é conhecido na Apúlia, vou-me referir a ele, como o edifício que foi usado pelo senhor Presidente da Câmara, que disse que o comprou com as maiores promessas para o mesmo, para ganhar eleições e enganar o povo da Apúlia.

Até prometeu que o povo da Apúlia seria auscultado sobre o que fazer no edifício, disse isso campanha eleitoral para 2021.

Agora que está no último ano de mandato e não vai prestar mais contas aos eleitores, e não pode ser mais candidato à Câmara de Esposende, pelo menos, sem um hiato pelo meio, pretende vender o edifício para especulação imobiliária.

O edifício Pérola pode e deve ser mantido na esfera patrimonial do Município e ser nele instalados serviços públicos, como a sede da junta, um auditório, loja do cidadão, que aliás a Câmara está a pagar renda numa loja na Avenida da Praia, lojas essas que podiam e deviam estar no edifício Pérola. Não deve ser retirado o seu uso ao povo da Apúlia, para ser mais um negócio imobiliário como muitos outros, em benefício dos mesmos do costume.”

E há aqui uma coisa que eu vou questionar ao Senhor Presidente da Câmara, é que terminou agora o prazo para conclusão do edifício Pérola. Quando a Câmara pôs o edifício à venda, disse que tinha que estar concluindo no prazo de dois anos, que acaba agora.

Hoje 30 de setembro o edifício não está concluído e, portanto, eu quero saber se a Câmara vai cumprir a lei, e vai exercer o direito de reversão, pedindo a devolução ao município do edifício e, do prédio. Porque quando um prédio é posto à venda com determinadas normas para a construção, nomeadamente um prazo estrito para a construção e conclusão, o preço tende a ser mais baixo. Uma coisa é eu comprar um prédio e puder fazer lá obras quando quiser e me apetecer, outra coisa é ter que fazer lá um prédio no prazo de 2 anos e concluir no prazo de 2 anos. E, portanto, isso faz baixar o preço e a Câmara condicionou a venda do edifício à conclusão da obra no prazo de 2 anos. Passaram os 2 anos e eu quero saber se a Câmara vai cumprir o seu dever legal e vai avançar com o pedido de reversão do imóvel.

Obrigado!”-----

Interveio depois a Sr.^a Deputada Municipal Marta Viana, do CDS-PP, tendo apresentado os Votos de Louvor que se transcrevem:

“Boa noite, Exmos.



Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores Presidentes de Junta,
Senhores Deputados Municipais,
Público aqui presente,

O grupo municipal do CDS-PP vem nesta assembleia apresentar três votos de louvor:

1 - VOTO DE LOUVOR AOS ATLETAS OLÍMPICOS TERESA PORTELA E JOÃO RIBEIRO.-----

“De 26 de julho a 11 de agosto, decorreram, com grande emoção e espetáculo, os Jogos Olímpicos de Paris, a 33ª edição da Olimpíadas dos tempos modernos.

Mais uma vez, a maior competição desportiva do mundo contou com a presença de atletas do concelho de Esposende, Teresa Portela e João Ribeiro, nas provas de canoagem e que tão brilhantemente representaram as nossas cores.

Num concelho com a escala de Esposende, é, indiscutivelmente, um grande feito conseguir ter atletas seus nos Jogos Olímpicos e, de modo especial, em edições sucessivas do certame.

No caso de Teresa Portela, saúda-se a marca atingida de cinco participações olímpicas, o que faz da nossa canoísta uma das atletas portuguesas com maior número de presenças em Jogos Olímpicos.

Quanto a João Ribeiro, sublinha-se mais um diploma olímpico conseguido e que contribuiu para a melhor pontuação de sempre de Portugal em Jogos Olímpicos.

É, pois, com um sentimento de enorme orgulho, contentamento e satisfação que a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária de 30 de setembro de 2024, felicita a participação olímpica em Paris dos atletas Teresa Portela e João Ribeiro, com a aprovação deste Voto de Louvor, dando-se conhecimento do mesmo aos próprios e ao Presidente do Comité Olímpico Português Artur Lopes.”-----

2 - VOTO DE LOUVOR AOS PADRES AVELINO MARQUES PERES FILIPE, ARMINDO PATRÃO DE ABREU E ANTÓNIO DA SILVA LIMA.-----

“Os Padres Avelino Marques Peres Filipe, Armindo Patrão de Abreu e António da Silva Lima foram um referencial de simplicidade, generosidade, verticalidade e dedicação às comunidades que serviram. Tantas pessoas, tantas famílias e tantas instituições do nosso concelho que puderam beneficiar da sua entrega e entusiasmo, não apenas sob o ponto de vista da ação pastoral, mas também em matéria de iniciativas e de projetos nas várias valências (religiosa, social e cultural).

Os Padres Avelino Marques Peres Filipe, Armindo Patrão de Abreu e António da Silva Lima são, indiscutivelmente, grandes merecedores do respeito, admiração e reconhecimento por parte de todos os esposendenses, sentimentos, aliás, bem espelhados nas distinções municipais com que foram condecorados pelo Município, nomeadamente, em 2017 (Padres Armindo Patrão de Abreu e António da Silva Lima, com a atribuição da Medalha de Mérito Municipal) e 2021 (Padre Avelino Marques Peres Filipe, com a atribuição da Medalha de Honra).

A Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária de 30 de setembro de



2024, homenageia os percursos dos Padres Avelino Marques Peres Filipe, Armindo Patrão de Abreu e António da Silva Lima e agradece todas estas décadas de serviço às comunidades do nosso concelho, com a aprovação deste Voto de Louvor, dando-se conhecimento do mesmo aos próprios e ao Arcebispo Primaz de Braga Dom José Cordeiro.”-----

3 - VOTO DE LOUVOR ÀS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESPOSENDE E DE FÃO.-----

“Este mês de setembro ficou tristemente marcado por grandes incêndios que afetaram o nosso país, de modo especial as zonas Norte e Centro, causando, nalguns casos, vítimas mortais, que muito lamentamos.

As corporações de bombeiros voluntários de Esposende e de Fão, tomando ação a partir do seu lema “Vida por Vida” estiveram na linha da frente de alguns desses incêndios que assolaram o país, batendo-se de forma brava, heroica e incansável, mesmo perante a adversidade da exaustão causada pelo esforço contínuo.

A Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária de 30 de setembro de 2024, assinala e saúda o trabalho realizado pelos bombeiros do concelho nos combates aos incêndios, com a aprovação deste Voto de Louvor às corporações de bombeiros voluntários de Esposende e de Fão, dando-se conhecimento do mesmo às respetivas Associações detentoras das corporações.”-----

Pelas 21 horas e 15 minutos, foi pelo Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, proposto, prorrogar o Período de Antes da Ordem do Dia, por mais 30 minutos. Colocada a votação, foi aprovada por unanimidade.-----

Interveio depois o Sr. Deputado Municipal Francisco Melo, do CDS-PP, fazendo a intervenção política que se transcreve:

“Exmos.

Senhor Presidente da Assembleia,

Senhor Presidente da Câmara,

Senhores Vereadores

Senhores Presidentes de Junta,

Senhores Deputados Municipais,

Esposendenses aqui presentes,

É com muito gosto que nos encontramos na bela Vila de Apúlia, felicitando, desde já, toda a Assembleia Municipal por mais esta reunião descentralizada, constituindo outro bom exemplo do esforço de proximidade para com os nossos conterrâneos e que tem pautado este nosso mandato.

Apúlia, um lugar que muito diz ao CDS de Esposende e à sua história. Recordamos aqui, com saudade, a figura da Professora Laurentina Torres, uma grande apuliense que se dedicou incansavelmente à sua terra e às suas gentes.

Isto posto, de volta às lides da Assembleia, após o interregno de Verão, este regresso fica inevitavelmente marcado pela saída de cena do anterior Presidente Benjamim Pereira.



É bom e desejável que os mandatos sejam cumpridos até ao fim, mas a vida política de autarcas em fim de mandato é mesmo assim, muitas vezes marcada por estes convites em jeito de prémio pelos bons ofícios prestados, e o Presidente Benjamim Pereira apenas vem engrossar uma já considerável lista. Não o censuramos por isso, muito menos nos indignamos. Pelo contrário, saudamos ver um esposendense liderar tão importante e relevante entidade pública como é o IHRU.

Se alguma palavra de crítica nos merece esta saída do Presidente Benjamim Pereira é o facto de ter optado pela suspensão do mandato, em detrimento da renúncia ao mesmo. Convenhamos, o Presidente Benjamim Pereira encerrou o seu ciclo na Presidência da Câmara Municipal de Esposende.

A ida para o IHRU não foi um empréstimo com opção de compra. Foi mesmo uma mudança em toda a sua plenitude. Logo, pouco ou nenhum sentido faz para o próprio, e muito menos para o Concelho, que nos próximos 12 meses, que é praticamente o tempo que nos separa das próximas eleições, volte a assumir a presidência da Câmara em Esposende.

A opção da suspensão é, de forma simples, um modo de ter um pé em Lisboa e outro em Esposende. Um pé em Esposende não vá o Pedro Nuno Santos ou o André Ventura trocarem-lhe as voltas. Mas mesmo que o país entre outra vez em eleições e tenhamos outra vez o azar de ter o PS a governar a nação, que sentido faz o Presidente Benjamim Pereira voltar para governar o município por mais quatro ou cinco meses?

Não entendemos como é que o PSD Esposende foi conivente e permitiu tal situação. Para mais, é não se dar conta do forte condicionamento que esta opção pela suspensão cria no sucessor, o Presidente Guilherme Emílio, uma vez que durante esse tempo ficará limitado nos termos do exercício da sua ação, ou não fosse, nos próximos 6 meses, um Presidente a prazo.

Expressamos, por isso, com toda a franqueza, a nossa solidariedade para com o Presidente Guilherme Emílio pela forma pouco elegante como lhe foi passado o testemunho.

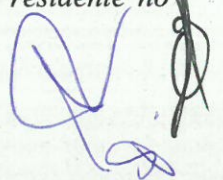
Outra nota para o Presidente Guilherme Emílio, desta feita para desejar as maiores felicidades nas novas funções ora ocupadas e reiterar, da parte do grupo municipal do CDS, a total disponibilidade para colaborar com o Executivo, na prossecução das políticas públicas que promovam desenvolvimento e bem-estar dos esposendenses. Desejamos que, ao contrário do seu predecessor, saiba ver deste lado pessoas de bem com quem se pode dialogar e acolher ideias ou propostas. A preparação do próximo orçamento municipal será, nessa medida, um teste.

Feita esta incursão na mudança de peças no nosso xadrez político, algumas breves notas:

- (i) Porque nos encontramos na bela Vila de Apúlia, questionamos o Executivo sobre o facto de haver ruas na Vila que ainda não têm saneamento básico e, nessa medida, quais são as perspetivas do Executivo quanto a essa matéria?*
- (ii) Outro assunto de preocupação para os apulienses prende-se com o estado deplorável da Rua Cruzeiro dos Mouros e a urgência de uma intervenção, pelo que questionamos para quando é que a mesma está prevista?*
- (iii) Por fim, para quando a construção do mercado do peixe em Apúlia?*

Senhor Presidente da Câmara,

Este mês de setembro que hoje se encerra fica também marcado pelo início de mais um ano escolar. Foi bom ver o Senhor Presidente da Câmara reunido num hotel com professores e funcionários da escola. No entanto, melhor seria ter visto imagens do Senhor Presidente no



terreno, em visita às escolas do concelho, para tomar in loco contacto com elas e os seus problemas, pois várias das nossas escolas continuam a apresentar necessidades, como é o caso, por exemplo, da substituição, ou mesmo, introdução de equipamentos.

Ou então, como é o caso da freguesia de Antas, a reclamar por um jardim de infância que sirva a comunidade, colocando-se um ponto final a esta situação de famílias residentes em Antas colocaram as suas crianças em jardins de infância de freguesias vizinhas ou mesmo noutro concelho.

Muito obrigado e boa noite!" -----

Por último interveio o Sr. Deputado Municipal Independente, Marcelino Cunha, tendo feito a seguinte intervenção política:

*"Ex.mo Senhor Presidente da Mesa Dr. Carlos Silva,
Dr. Otilio, Dr.ª Jaqueline,
equipa de coordenação,
Senhor Presidente do executivo Eng.º Guilherme Emílio,
Senhores Vereadores,
Senhores Deputados,
Senhores Presidentes de Junta,
com uma saudação especial para o Presidente Valdemar Faria,
Ex.mo Público, particularmente o de Apúlia,
Muito boa noite!*

Há coincidência que muitas vezes vêm por bem, quis Sua Ex.ª o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, o Professor Doutor Carlos Silva, que esta assembleia se realizasse em Apúlia, proporcionando maior proximidade com os cidadãos, e digo eu, para que os cidadãos sejam mais ativos na discussão dos assuntos da sua terra, e muito bem, dissemos todos. Mas quis o destino que acontecesse com uma mudança de líder, muito mal, digo eu. Mas quem fica a presidir é o engenheiro Guilherme Emílio, ainda bem, digo eu.

Quis também o destino que fosse em momento, em que Apúlia está prestes a assistir a mais um caso, como tantos que aconteceram e vão acontecendo no Concelho de Esposende, e que, foram abençoados pelo então Presidente Benjamim Pereira, no que diz respeito ao urbanismo, querida área do Senhor Presidente engenheiro e arquiteto Benjamim Pereira. Irão os apulienses assistir breve, espera-se, à limpeza e à reorganização do edificado e edificável em Cedovém.

Embora eu desconfie que este caso vá morrer mesmo como está. Ora aqui em Apúlia, quero deixar um alerta aos apulienses para que estejam atentos a este assunto, porque Cedovém vai ter construções e ocupação de terrenos, que vai surpreender muita gente.

Espero que famílias de apulienses que foram roubadas, não continuem a sê-lo, digo-o, porque é um filme que eu conheço. Falei com pessoas que ficaram sem terrenos, gente que foi enganada. Recolhi documentação, desde registos a sentenças judiciais e consultei advogados envolvidos, ou com conhecimento de causa. A própria Câmara Municipal de Esposende, foi conivente nestes acontecimentos e ainda mantém por resolver, o que nunca devia ter feito. Por isso direi que conheço estes andamentos até bem demais. Aliás, há desde 1975, obras anunciadas para o concelho, que nunca foram feitas e estou convencido que há um rol de obras anunciadas pelo Presidente Benjamim Pereira que efetivamente nem foram começadas,

nem vão ser feitas.

Dito isto, faço votos sinceros de bom desempenho ao engenheiro Guilherme Emílio, para o tempo que tem, para fazer bem, até final do mandato.

Embora a suspensão de mandato do Presidente de Câmara, de forma voluntária e com substituição seja um filme já visto, espero que o final não se repita, é que acontece com frequência no PSD.

Presidente Emílio, coerência e compromisso é o que se lhe pede, boa sorte é o que lhe desejo. Muito obrigado!-----

De seguida, pelas 21 horas e 25 minutos pelo Senhor Presidente da Mesa foi proposto suspender os trabalhos por 5 minutos para conferência de líderes, a fim de discutirem os votos apresentados.-----

Pelas 21 horas e 30 minutos foram retomados os trabalhos, tendo-se procedido à votação dos votos, tendo-se obtido as seguintes votações:

1 - VOTO DE PESAR PELOS BOMBEIROS FALECIDOS NO COMBATE AOS INCÊNDIOS.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR PELOS BOMBEIROS FALECIDOS NO COMBATE AOS INCÊNDIOS, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD.-----

MAIS DELIBEROU, DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS DE PESAR, APRESENTANDO AS MAIS SENTIDAS CONDOLÊNCIAS ÀS DIGNÍSSIMAS FAMÍLIAS, À AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO CIVIL, E ÀS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS DE SÃO MAMEDE DE INFESTA E DE, VILA NOVA DE OLIVEIRINHA.-----

2 - VOTO DE LOUVOR AO ARQ.TO ANTÓNIO BENJAMIM DA COSTA PEREIRA.-

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 20 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 5 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO E, 2 ABSTENÇÕES DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA E DO PRESIDENTE DA JUNTA DA FREGUESIA DE GEMESES, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM VOTO DE LOUVOR, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, AO ARQ.TO ANTÓNIO BENJAMIM DA COSTA PEREIRA.-----

MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS AO AGRACIADO.-----

NÃO PARTICIPARAM DA VOTAÇÃO OS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"O PS vota contra este Voto de Louvor, desde logo pela sua fundamentação que está cheia de falácias e não vou aqui elencá-las todas, e depois, porque não podemos esquecer que o antigo Presidente, ou atual Presidente, com o mandato suspenso Benjamim Pereira, ainda poucos meses antes, nomeadamente em dezembro de 2023, tinha dado uma entrevista, em que jurava que ia cumprir o mandato até ao fim, e que não sairia antes do fim do mandato. Isto demonstra bem, como o Presidente que troca Esposende e o compromisso com os eleitores, por outro cargo, não pode ter um voto de louvor."-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

"O meu voto é contra, nada contra o António Benjamim Pereira, mas porque realmente, ainda não renunciou ao cargo."-----

3 - VOTO DE LOUVOR AOS ATLETAS OLÍMPICOS TERESA PORTELA E JOÃO RIBEIRO.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM VOTO DE LOUVOR, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E SUBSCRITO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS E INDEPENDENTES, AOS ATLETAS OLÍMPICOS TERESA PORTELA E JOÃO RIBEIRO.-----
MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS AOS AGRACIADOS E AO PRESIDENTE DO COMITÉ OLÍMPICO PORTUGUÊS ARTUR LOPES.-----

4 - VOTO DE LOUVOR AO PADRE AVELINO PERES FILIPE, PADRE ARMINDO PATRÃO E PADRE LIMA.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM VOTO DE LOUVOR, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E SUBSCRITO PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E INDEPENDENTES, AO PADRE AVELINO PERES FILIPE, PADRE ARMINDO PATRÃO E PADRE LIMA.----
MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS AOS AGRACIADOS E AO ARCEBISPO PRIMAZ DE BRAGA DOM JOSÉ CORDEIRO.-----

5 - VOTO DE LOUVOR ÀS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESPOSENDE E FÃO.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A ATRIBUIÇÃO DE UM VOTO DE LOUVOR, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E SUBSCRITO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS E INDEPENDENTES, ÀS CORPORAÇÕES DE BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ESPOSENDE E FÃO.-----
MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO FORMAL DESTES VOTOS ÀS RESPECTIVAS ASSOCIAÇÕES DETENTORAS DAS CORPORAÇÕES.-----



INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL: _____

Terminadas as votações dos votos apresentados, pediu a palavra o Deputado do Grupo Político do CDS-PP, Dr. Francisco Melo, tendo questionado o Senhor Presidente da Câmara, nos seguintes termos:

“Senhor Presidente da Câmara, a propósito do contencioso judicial que está neste momento em curso, chamaram-nos a atenção aqui dois processos, ambos deste ano, o Processo 84/24.6 BEBRG intentado por Maria Angelina Maciel Cordeiro e Ilídio Gomes Veloso, em que tem por assunto uma indemnização pela derrocada de Palmeira de Faro, gostaríamos de saber o que é que está aqui a ser peticionado e qual é a posição do município.

Depois, também um outro processo judicial, que foi intentado, de cerca de 3 milhões, por parte de uma construtora, relacionado com o Parque da Cidade e que terá motivado aqui uma suspensão, pelo que vejo, agora o empreiteiro será outra entidade e preocupa-nos saber o que é que está aqui em causa e também, se puder aqui dar alguma explicação mas desenvolvida, agradecemos.

Muito obrigado!”-----

De seguida, o Presidente da Assembleia passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais e também para a sua intervenção política, bem como, para prestar os esclarecimentos devidos relativos à Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara.-----

Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, foi dito o seguinte:

*“Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Senhoras e Senhores Deputados Municipais,
Senhores Presidentes de Junta,
Público presente,*

Começo por agradecer a hospitalidade do povo de Apúlia e da Direção da Casa do Povo de Apúlia, em nos receber esta noite.

Uma palavra de agradecimento também à Junta de Freguesia de Apúlia e Fão, e muito em particular a todos vocês que estão de pé, sem espaço para se sentar, e que com determinação, querem assistir a esta sessão, muito obrigado por terem vindo, é para mim, acho que é para todos, uma enorme honra poder contar com a vossa presença, para saber aqueles que são os destinos do nosso concelho e da vossa freguesia.

Na sequência da suspensão do mandato do arquiteto Benjamim Pereira, esta é a primeira Assembleia Municipal, em que participo na qualidade de Presidente da Câmara Municipal.

Permitam-me por isso, que dirija as minhas primeiras palavras ao presidente cessante, ao arquiteto Benjamim Pereira, a quem agradeço a confiança para dar continuidade a este projeto político, iniciado no ano 2021.

Em nome de todo o executivo municipal, expresso o mais profundo reconhecimento pela forma empenhada e dedicada, com que liderou este Município, sempre em busca do melhor, para Esposende e para as suas gentes.

O voto de louvor aprovado há instantes, é merecido e oportuno, fazendo justiça ao trabalho

político, enquanto autarca no concelho de Esposende.

Aproveito igualmente, para lhe desejar os maiores sucessos no desempenho das novas funções, na certeza de que continuará a orgulhar-nos, com o seu sentido de missão e dever à causa pública.

Da minha parte, reafirmo a honra e o imenso sentido de responsabilidade que sinto, ao abraçar este desafio, assumindo perante esta assembleia, o compromisso deste executivo na contínua prossecução da defesa, dos interesses dos cidadãos, e na defesa do nosso território.

Respondendo agora às questões colocadas pelos Senhores Deputados Municipais, começaria pelo Deputado Tito Evangelista, dando nota que este executivo reconhece os esposendenses como um todo, em todo o concelho e em todas as freguesias.

Relativamente à transferência de competências, dizer-lhe que se tivéssemos aceitado, no tempo que o PS queria, não teríamos tido acesso, à capacidade negocial, para negociar um valor de cerca de sete milhões e meio de euros, para investir na saúde, no concelho de Esposende. É esse valor, ou parte dele, somado a capitais próprios do município, porque sim, o município colocará uma parte desse valor, que permite a requalificação do Centro de Saúde de Apúlia e que permite colocá-lo ao serviço dos apulienses.

Relativamente ao edifício Pérola, dizer-lhe que está em plena construção e a ser reabilitado ao fim de muitas décadas, e acho que isso responde à questão.

Deputada Marta Viana, dar-lhe nota que, relativamente aos votos de louvor, associo-me por completo a todos eles, enaltecendo não só as pessoas, como as instituições.

Deputado Francisco Melo, dar-lhe nota da justa referência que fez, para a qual também me associo, à nossa saudosa Laurentina Torres, a dona Tininha, particularmente neste espaço onde estamos.

Relativamente à suspensão do mandato, confesso que não o acompanho nessa intervenção, e deixe-me dizer-lhe que me sinto a prazo, apenas, se a população assim o quiser, mas também lhe direi que trabalharei todos os dias com muito afinho, com muita determinação, para que isso não aconteça.

Relativamente à sua disponibilidade para apoiar a ação deste executivo, permita-me que lhe agradeça e retribua, deixando também a disponibilidade do município, para acolher as vossas propostas, e tudo aquilo que entendermos que, em conjunto, será positivo para o nosso concelho, para as nossas gentes e para o nosso território.

Relativamente aos processos que referiu, confesso que não tenho informação comigo, para lhe fazer um ponto de situação, e pedirei aos serviços, que logo que tenham essa informação, que lhe façam chegar, em tempo útil e em tempo próprio.

Deputado Marcelino Cunha, dar-lhe nota que, uma das minhas principais características, é efetivamente a transparência. Eu sou absolutamente transparente, acho que como todos no executivo, e por isso, o que lhe peço, é que caso conheça situações ilegais, pouco claras, pouco esclarecidas, em Cedovém - Apúlia, ou em qualquer outra freguesia do concelho, por favor as identifique, para que sejam investigadas, avaliadas, porque não queremos que fique nenhum clima de desconfiança, em momento algum.

Relativamente às suas palavras e aos votos de sucesso, muito lhe agradeço.

Excelentíssimo Senhor Deputado António Morgado, muito agradeço a sua clara intervenção, que transmitiu de forma real, o trabalho realizado por este executivo, e que se traduz, na efetiva melhoria das condições de vida das nossas populações.

Falou de educação, e de facto, desde a entrada em funções do atual Governo, foi aprovada a tão ambicionada e muitas vezes pedida à tutela anterior, a segunda fase de requalificação da

Escola Secundária Henrique Medina, num investimento superior a vinte e um milhões de euros.

Em simultâneo, estamos a apoiar as obras de beneficiação da escola profissional, atualmente em curso, e a concluir, as obras de beneficiação do Centro Escolar de Forjães, um investimento superior a trezentos mil euros. Isto, para não falar, da confirmação da chegada do ensino superior ao concelho de Esposende, com a inauguração do polo do IPCA.

Ainda no domínio da educação e ensino, e uma vez que nos encontramos em Apúlia, dizer que estamos, a par com a Universidade do Minho, a concretizar a submissão da manifestação de interesse, à candidatura do projeto financiado, S3 norte 2027, que a ser aberto, e posteriormente aprovado, prevê uma dotação que pode acender a quatro milhões de euros, para o arranque do projeto MarUMinho, aqui nas instalações da estação Radionaval.

Mas porque estamos em Apúlia, importa informar que aqui mesmo ao lado, teve já início a intervenção de requalificação do Centro de Saúde de Apúlia.

Convém lembrar e eu insisto, convém mesmo lembrar, que este tão importante assunto para a comunidade de Apúlia, teve origem em 2022, por via de uma decisão unilateral da Autoridade de Saúde, tutelada à data, pelo Ministério da Saúde e contra a vontade da Câmara Municipal.

Perante a intransigência dessa decisão, a Câmara Municipal de Esposende, propôs uma solução provisória, aqui mesmo em Apúlia, no antigo posto da Cruz Vermelha, solução essa, que também não foi autorizada pela Autoridade de Saúde, precisamente no mesmo período. Só a determinação da Câmara Municipal, no confronto direto, com as entidades de saúde, e na disponibilização dos recursos necessários para a intervenção, tornou possível o início dos trabalhos, que vão conduzir à reabertura do Centro de Saúde. Tenho que vos dizer sem hipocrisia ou demagogia, não foram as tarjas ou as pouco dignificantes ações de muito poucos, que vão permitir a abertura do Centro de Saúde, mas sim a intervenção da Câmara Municipal, da Junta de Freguesia e do executivo municipal. É essa mesma determinação, que vamos continuar a ter, para concretizar projetos que são verdadeiramente impactantes e transformam a vida das pessoas, no nosso concelho, disso não tenham dúvidas.

Muito obrigado!"-----

02 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.

De acordo com o número um do artigo quadragésimo terceiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se congratulado com o número de inscrições verificado; referindo ter valido a pena só por isso. Contudo, como havia limitação de 30 minutos para o período de intervenção do público, havendo 10 inscrições, cada uma teria apenas 2 minutos para expor o seu assunto, de forma a haver tempo para o Sr. Presidente da Câmara prestar os esclarecimentos devidos, pelo que, iria ser rígido quanto ao tempo. De seguida, passou a palavra aos inscritos pela seguinte ordem:

Primeiro inscrito, Sr. Paulo Sousa, que em síntese disse:

"Muito boa noite aos presentes,

Gostaria de saber se este executivo, com base na resposta que me deu relativamente à ecovia, em frente à colónia, se se compromete com algum prazo para a finalização da mesma, ou se mantém a resposta de "estamos à espera de".

A segunda questão prende-se com a Avenida do Mar, se o projeto, ou se o estudo que tanto apregoam também há não sei quanto tempo, se continua em execução, ou se já tem alguma coisa em concreto para intervirem na mesma, seja relativamente à passagem de peões, seja relativamente ao melhoramento da circulação das viaturas, dos habitantes, ao longo dessa mesma Avenida.

Muito obrigado!"-----

De seguida o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu as questões colocadas, tendo esclarecido, nos seguintes termos:

"Senhor Paulo Sousa, muito obrigado pela forma telegráfica como colocou as questões, eu nem tive tempo de apontar, mas ainda assim, recordo-me. Relativamente à Avenida do Mar, nós já iniciamos um estudo, que permita fazer uma reavaliação de todo aquele troço viário, no sentido de encontrarmos naturalmente, ações de melhoria, que permitam corrigir algumas das falhas que temos vindo a identificar. Relativamente à questão da ecovia, a responsabilidade não é nossa como sabe, temos estado a pressionar a entidade que detém aquele espaço, o que se passa é que é um problema entre entidades públicas, ou seja, assim que estiver resolvida essa questão do ponto de vista da autorização que permite alienar aquela parcela de terreno, nós avançaremos de imediato, por isso não depende de nós. Pressionamos, tivemos uma reunião há 3 semanas sensivelmente, um mês, e foi-nos dado como resposta, que continuam a aguardar que outra entidade do Estado autorize a cedência daquela parcela de terreno. Assim que estiver concluída essa autorização, nós avançaremos de imediato.

Muito obrigado."-----

De seguida, o Presidente da Mesa deu a palavra à segunda inscrita, Sr.^a Ilídia Vale, que em síntese disse:

"Começo por cumprimentar V. Exa, Senhor Presidente da Mesa da Assembleia e toda a Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Deputados, Senhores membros da Assembleia.

Antes de mais, deixem que me apresente, eu sou a Ilídia Vale, sou apuliense de gema e estou aqui na qualidade de membro da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão.

Tenho uma vasta experiência autárquica, portanto permitam-me que fale sem filtros, para mim o politicamente correto já foi ultrapassado há muito tempo.

Antes de mais, gostaria de parabenizar esta assembleia pela deslocalização, pela descentralização das assembleias municipais, demorou 50 anos, mas conseguiram.

O assunto que me traz aqui, prende-se então, com a transferência de competências para a Junta de Freguesia. Na sexta-feira passada, realizou-se em Fão, mais uma assembleia de freguesia, na qual foi discutida a proposta de transferência de competências para a União de Freguesias de Apúlia e Fão. De forma unilateral, a Câmara Municipal propôs transferir para a junta de freguesia uma série de competências, na área da limpeza de vias, manutenção dos espaços verdes, manutenção de mobiliário urbano, reparações de escolas e manutenção de envolventes nas escolas, mediante uma compensação financeira.

É importante referir, que as transferências propostas pela Câmara Municipal, são muito mais abrangentes que os acordos de execução que se encontram atualmente em vigor, e que a Câmara Municipal reservou para si, as competências que lhes geram receita financeira, portanto, retorno financeiro e atribui à Junta de Freguesia, aquelas que dão encargo financeiro, despesa. E pela transferência de competências a Câmara Municipal, propõe-se uma verba de cento e trinta e nove mil euros para a Junta de Freguesia. Se tivermos em conta que o ano passado foram transferidos mais de cento e sessenta mil euros, temos então, que Apúlia vai receber muito menos, por muito mais trabalho.

Esta proposta foi rejeitada por sete votos contra, por parte de toda a oposição e seis votos a favor pelo PSD e tivemos a situação caricata que foi, o Presidente da Junta Valdemar Faria, referir na sua intervenção que está contra, mas votou a favor. Porque não é capaz de reivindicar para a Freguesia de representa, o que é melhor para a população. Em vez de defender os interesses da população que representa, defendo os interesses da Câmara Municipal, de quem é funcionário. Portanto, a sua condição de funcionário municipal, é indissociável, ele não tem a independência nem isenção necessária, para exercer o cargo de Presidente da Junta de Freguesia.

De lembrar que a Assembleia de Freguesia, já aprovou em 2019 uma proposta de transferência de competências, pelo valor global nessa altura, de duzentos e sessenta e sete mil, trezentos e dez euros.

Essa proposta encontra-se na Câmara Municipal, a Câmara Municipal só tem que, reunir o seu executivo, pronunciar-se sobre a mesma e trazê-la aqui à Assembleia Municipal, que é o que a lei diz.

Ajustar os valores à época atual e trazer essa proposta aqui, porque já temos uma proposta e é essa proposta que queremos ver discutida. Se fosse aceite a proposta de sexta-feira, e então parafraseando o Senhor Presidente da Câmara, perderíamos o poder negocial. Muito obrigada.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclareceu nos seguintes termos:

“Vou responder só para corrigir várias imprecisões e eu não me lembro de ter proferido essa declaração, por isso não sei como é que me está a parafrasear.

Mas relativamente à transferência de competências, dar-lhe nota que não houve nenhuma decisão unilateral, está enganada, houve uma negociação com as Juntas de Freguesia, mas também se enganou no valor, o valor não é esse, aconselho-a a ver melhor; porque o valor que foi proposto à Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão, sofre um aumento de, cerca de 50% do valor atualmente inscrito nos acordos de execução, de mais de quarenta e cinco mil e novecentos euros. O que quer dizer, que efetivamente, aquilo que aconteceu na sexta-feira, foi prejudicar-se a Junta da União de Freguesias, em receber um valor superior aquele que recebe nos acordos de execução.

Relativamente àquilo que diz sobre a lei aconselho-a a ler melhor, porque não diz isso. Aquilo que foi feito, foi um acordo com a Junta de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão e com todas as outras e, em função do acordo que foi feito, foram propostas, e hoje será um dos temas da ordem de trabalhos, às Assembleias de Freguesia e à Assembleia Municipal, e é isso que a Lei diz e é isso que estamos a fazer.

Muito obrigado.-----

O terceiro inscrito, Sr. Manuel Ribeiro não compareceu para colocar as suas questões.

O Presidente da Mesa deu então a palavra ao quarto inscrito, Sr. Manuel Melo, que em síntese disse:

*"Boa noite,
Senhor Presidente da Assembleia,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhores Vereadores,
Senhores membros da Assembleia Municipal,
Senhores Presidentes de Junta,*

O que me traz aqui, isto são à data de hoje, 670 dias, que estamos privados do Centro de Saúde de Apúlia.

Eu pergunto ao Senhor Presidente da Junta de Belinho, à data do fecho do Centro de Saúde, se ele reabriu até hoje?

Há obras no Centro de Saúde de Belinho, Senhor Presidente?

Está fechado!

Lá está, o barulho faz falta. O seu continua fechado, mas o nosso vai reabrir.

Por isso meus amigos não se cansem até que a voz vos doa, de fazer barulho, para termos aquilo a que temos direito, que é o direito à saúde!

Para que não nos privem de um bem essencial que nós temos, que é a saúde, sem saúde não temos nada.

Por isso, aquilo que há pouco o Senhor Arquiteto Morgado falou, não é verdade, porque o de Belinho está fechado. Por isso vocês não vão reabrir nada, vocês vão é, dar aquilo a que Apúlia tem direito e vão passar mais de meio mandato com o Centro de Saúde fechado, que isto está a contar, está sempre a contar o contador todos os dias, e até à data de inauguração, vocês prejudicam as populações por causa de umas eleições e não é com o gozo das populações que se ganham eleições.

Vocês têm que ter respeito e dignidade pelo pessoal de Apúlia e não o tiveram.

Não venham agora para aqui com armas de arremesso para cima do partido A e B, não interessa quem vai reabrir, nem quem fechou, interessa é que nós tenhamos um Centro de Saúde aberto, em serviço da população de Apúlia. É isso que nós queremos.

Boa noite e obrigado pela atenção."-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclareceu nos seguintes termos:

"Apesar de não haver nenhuma pergunta, eu gostava de me reservar o direito de tecer alguns comentários, dizendo que, o direito à saúde é de facto inegociável, nisso estamos de acordo todos, o que não podemos, porque não é sério para com a Câmara Municipal, aquilo que disse não é verdade, nós não fechamos nada, você sabe muito bem quem fechou, não fomos nós e não fomos nós que estivemos meio ano, ou um ano, ou meio mandato como disse, para reabrir. Nós fomos quem fez tudo, para que ele reabrisse, não foi aos gritos, foi da forma certa, da forma que tem que ser, e é por isso que o trabalho e que a ação deste executivo municipal e da Junta de Freguesia, foi determinante para que se consiga agora, que ali estejam máquinas a trabalhar para que o Centro de Saúde abra. E, por isso, nós não podemos enganar as pessoas, enganar a população, dizendo que a responsabilidade que é da Câmara Municipal, quando não é. Não é, nunca foi, o senhor sabe disso e toda a gente que faz essa crítica injusta sabe disso. Não é justo, quando nós temos que ser justos, temos que ser justos, e o acesso à saúde é

inegociável. É-o para Apúlia e é para todo o lado, e nós tudo fazemos e tudo lutamos para que as condições de abertura do Centro de Saúde existam, e ele vai abrir efetivamente, mas com justiça, e temos que ser justos e sérios, a quem apontamos o dedo, e não é à Câmara Municipal que pode apontar o dedo, e sabe disso. Obrigado.-----

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao quinto inscrito, Sr. Ivo Real, que em síntese disse:

*"Cumprimentar a mesa na pessoa do Doutor Carlos Silva,
Cumprimentar o executivo na pessoa do Eng.º Guilherme Emílio,
Senhores Presidentes de Junta,
Senhores Deputados
e todas as pessoas aqui presentes.*

Eu tenho aqui uma pequena pergunta relativamente ao POOC - Plano de Ordenamento da Orla Costeira, queria questionar o Senhor Presidente se tem algum conhecimento já, da versão final do regulamento e se foram colhidas as propostas apresentadas em sede de discussão pública, saber quais são os planos de intervenção nas praias, nomeadamente aqui nas praias do concelho de Esposende e, relativamente aos concursos públicos, se já tem algum conhecimento através da Agência Portuguesa do Ambiente, quando é que se vão realizar. Obrigado e boa noite.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclareceu nos seguintes termos:

"Muito obrigado, caro Ivo Real, efetivamente o município encomendou um estudo para as praias concessionadas do concelho de Esposende, este estudo pretende efetivamente reorganizar e harmonizar as condições de utilização de praia e, nomeadamente, harmonizar os apoios de praia concessionados.

Relativamente à questão que coloca, foram acolhidas as propostas que foram entregues, mas o processo ainda não está concluído e o estudo ainda não está concluído. Aguarda pelo momento de colher parecer da Agência Portuguesa do Ambiente, logo que esteja concluído o estudo, ele será publicamente apresentado.

Muito obrigado.-----

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao sexto inscrito, Sr. Delfino Fernandes, que em síntese disse:

"Boa noite a todos,

O que eu peço ao Senhor Presidente da Câmara, é que foi gasto muito dinheiro a fazer um rio em Esposende, para que não houvesse cheias na cidade e esquecem-se dos nossos rios na Apúlia que temos cheias. Quando há cheias vem a proteção civil, fecham as estradas, no dia seguinte vêm e levantam as placas, não perguntam a ninguém se há prejuízos, alguma coisa, nada!

Outro assunto, parque de estacionamento para deficientes ao pé da praia, não existe, nem rampas de acesso aos deficientes, não existem estacionamentos para os deficientes, em frente ao pé d'areia, uma galeria de quatro lojas cerradas por um vidro, que teimosamente não abre, o Senhor Presidente ainda agora há bocadinho afirmou aqui, perante nós todos, que não deixemos passar nada em claro. Senhor Presidente, passe por lá e não deixe mesmo em claro.

Muito boa noite. ”-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclareceu nos seguintes termos:

“Sr. Delfino Fernandes muito obrigado pela sua intervenção, é importante para nós também conhecermos eventuais falhas que possam existir na organização do trânsito, o que lhe pediria se calhar numa primeira fase, é que pudesse identificar, junto da Junta de Freguesia, que oportunamente fará chegar à Câmara Municipal e o Serviço de Trânsito e Mobilidade fará a necessária avaliação, no sentido de perceber, se efetivamente existem os lugares necessários, se não existem e, se podemos de alguma forma corrigir situações que possam estar menos positivas.

Muito obrigado. ”-----

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao sétimo inscrito, Sr. Marco Paulo Gonçalves, que em síntese disse:

“Boa noite,

Senhor Presidente da Assembleia,
Executivo Municipal.

Eu venho cá expor uma questão que as pessoas de Apúlia, há 2 anos vêm-me questionando na rua, quando passam por mim e como eu estou ligado ao imobiliário me perguntam. Aquele edifício em fase tosco, em frente ao mar, que foi comercializado nós não sabemos como, de uma forma muito secreta, eu venho cá perguntar ao Senhor Presidente os termos do negócio, em que termos é que foi feito.

Porquê? Eu tomei iniciativa de fazer uma investigação e a partir desta Ata em que o Presidente da Câmara esteve presente, numa assembleia de condóminos e ele dizia: “pretende a Câmara Municipal que os condóminos se pronunciem sobre a aceitação do cumprimento do projeto inicial e por conseguinte, aproveitando a estrutura existente, se proceda ao seu acabamento, ou, não havendo esse consentimento, se proceda à sua demolição e construa um novo prédio de raiz, nesse mesmo local.” E a venda deste imóvel, seria revertido, para a Freguesia de Apúlia. São 450.000,00€, dos quais, foram pagos em 2007, através do contrato promessa de compra e venda, feito pelo Senhor Presidente João Cepa e passando 20 anos, eles fazem um negócio, em que houve uma série de transações no sentido de valorizar o imóvel e efetivamente, nos últimos dois, três anos, houve uma inflação tremenda, e comercializar o mesmo imóvel pelo mesmo valor, e de uma forma muito estranha, muito estranha, que vos vou contar de forma muito simples. Quer dizer, em 2022, há uma empresa que compra umas casas devolutas, mesmo em frente, em março, e em novembro, faz a permuta com esse imóvel, passados 6 meses. E a venda dessas casas, a Câmara teve acesso ao direito de preferência, porque ela está dentro da ARU – Área de Reabilitação Urbana e a Câmara, está lá o registo na escritura, os dois registos das casas, ela tinha direito de opção, e a Câmara foi fazer um negócio de Permuta, danoso para Apúlia, e de um imóvel que eu tenho aqui uma avaliação, através do método de custo estático evolutivo, e esta avaliação é feita pelas grandes empresas, Soares da Costa, para chegar até um valor residual, de um terreno por exemplo, e aqui dá-me um valor de mais de um milhão de euros e aquilo foi vendido por 450.000,00€.

Eu só pedia que, depois de 2 anos, diz a lei nº 104/97 sistema de informação para a transparência dos atos da administração pública, o Senhor Presidente falou aqui já, na

transparência, nós queremos transparência, que esclareça aqui esta gente, como foi feito este negócio, foi feito de uma forma muito estranha, e que nós precisamos de esclarecimentos. Há aqui uma imparidade de mais de 700.000,00€ e eu provo isso, porque o meu pai ensinou-me que eu tenho que falar com documentos. Eu tenho documentos, eu contratei um advogado para ir à Câmara, para consultar os três processos e eu tenho perdido horas, dias, meses com isto, e estou disposto a ir para as barras do tribunal, meter uma ação Popular para impugnar aquela venda.

Obrigado.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclareceu nos seguintes termos:

“Relativamente à questão em particular, eu acho que não consigo acrescentar mais nada, porque o senhor já sabe tudo sobre a questão, por isso está mais do que informado.

Dar-lhe nota apenas, de que se tratou de uma permuta, a permuta é feita com base em avaliações dos peritos oficiais da lista oficial e, por isso, o processo não pode ser mais transparente, não é secreto, porque o senhor teve acesso ao processo, e como o senhor teve acesso, é sinal de que ele é totalmente transparente e totalmente disponível para a consulta de quem quiser. Se entender que ele não cumpre alguma regra, faça favor, está no seu direito, acho que o deve fazer, e o município justificar-se-á, perante eventuais ações que possam surgir.

Muito obrigado.-----

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra à oitava inscrita, Sr.^a Jacinta Ribeiro, que em síntese disse:

“Boa noite a todas e a todos,

Como apuliense, exigindo transparência relativamente ao que é do povo da Apúlia, no qual eu estou integrada, e mesmo que amanhã cá não esteja, sempre defenderei o povo, em qualquer sítio onde esteja e as minhas raízes nunca as esquecerei.

Fiquei completamente espantada, indignada, com digo eu, promiscuidade, sim não há dúvida nenhuma, ao passar ali em Cedovém, numa área de milhares de metros, terrenos baldios que todos sabemos desde sempre, eu tenho idade suficiente para saber disso, muito bem.

Como é possível, em terreno baldio que é da Apúlia, pertence aos apulienses e deve ser usado e que o povo o exija, em benefício dos apulienses, merece a aprovação de um grande projeto particular de construção, de condomínios de luxo, possivelmente, em frente à praia.

Aos pobres que têm casas lá próximas, eu sei porque tenho assistido a lágrimas de muita gente daquelas proximidades, que não tem mais sítio onde morar, têm sido intimados desde há bastantes anos pela Câmara, que terão que sair, para onde?

Eles foram escorraçados das suas casas, eram casinhas deles, fracas, mas eram as casinhas que eles tinham, quando fizeram as melhorias ali em frente à praia de Apúlia, naquela parte para os pescadores e vendas de peixe, foram empurrados para aquele sítio, em termos de promessa de uma situação provisória. Ora, todos sabemos que as situações provisórias podem durar dois ou três anos no máximo, essas casinhas foram construídas há 20 anos, com a agravante dessas famílias serem constantemente intimadas pela Câmara, que têm que sair. Os pobres, os naturais de Apúlia e que não têm outro sítio onde morar e cujas casas são de terreno apuliense. E para os grandes investimentos particulares, como é que a Câmara se atreve, digo eu, a assinar um projeto de construção urbana, para um grande empreendimento particular, para a especulação imobiliária, em terreno que é de todos os apulienses e deve ser

usado e que o povo o exija, em benefício do povo da Apúlia, que, ao contrário do que aqui tem sido dito, tem sido completamente espezinado. A maior vergonha! Muito obrigada.-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclareceu nos seguintes termos:

“Boa noite, D. Jacinta muito obrigado, eu penso que falou de três coisas distintas, eu vou tentar explicar na medida do possível. As três casas de que falou, são três casas cujo realojamento está previsto no novo edifício que se vai construir em Cedovém, no âmbito da Estratégia Local de Habitação. Por isso, se tudo correr bem, e haja disponibilidade financeira por parte da Estratégia Local, e este assunto de há muitos anos vai-se resolver finalmente, a bem daquelas famílias que, de facto, merecem ter uma habitação com mais dignidade.

Relativamente à outra questão que colocou, e que eu respeito e percebo, ela não pode ser dirigida à Câmara Municipal, e explico-lhe porquê, aquilo que está em causa na edificação daquelas propriedades, só pode ser analisado, e assim foi, pela Divisão de Gestão Urbanística, com base em documentação habilitante, nomeadamente, nos títulos de posse daqueles prédios. E eu compreendo, que possam existir dúvidas sobre a posse, mas quem tem a legitimidade de fazer essa avaliação não é a Câmara, são os Tribunais. Acho que, havendo dúvidas, deve a comissão de baldios e os particulares, encetarem as diligências que entendam por direito, no sentido de fazerem prova da posse daqueles terrenos. E o Município respeitará qualquer decisão que seja tomada pelos tribunais. Agora, efetivamente, não tem o Município a capacidade legal de aferir sobre a posse daquelas propriedades, existindo certidões prediais relativamente à posse dos privados, por isso, importa que os tribunais, sim é a eles que devem ser colocadas estas matérias, respondam, avaliem, investiguem e tomem decisões e nós respeitaremos essas decisões sempre. Porque não pode ser de outra forma, agora não pode a Câmara, assumir uma responsabilidade que não tem, que é essa da discussão entre privados. Não é uma competência nossa!

Não sei se fui claro, se consegui responder, mas esta é a realidade neste momento. Muito obrigado.-----

De seguida o Presidente da Mesa deu a palavra ao nono inscrito, Sr. Carlos Abreu, que em síntese disse:

“Boa noite, Senhor Presidente,

Na sua pessoa queria cumprimentar todos os membros da Assembleia Municipal,

E na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, todo o executivo e todo o público presente.

Senhor Presidente, como bem sabe, os Fundos Comunitários são uma fonte de receita muito importante para as instituições do setor social. E eu neste assunto, falo na qualidade de Presidente da Ascra, e o que eu lhe queria pedir, era que prestasse atenção ao Quadro Comunitário 2030 no eixo prioritário 5, que é um eixo prioritário de financiamento, ao qual as instituições particulares, de solidariedade social, poderão concorrer para obter fundos, mas, neste quadro comunitário, existe uma prévia qualificação dos projetos, no qual, as instituições têm que articular com a Câmara Municipal, e depois por sua vez a Câmara Municipal terá que articular com a CIM correspondente, de forma que os projetos possam ser elegíveis para financiamento. Se não houver esta pré-qualificação, as instituições não poderão concorrer, porque os projetos não são elegíveis.

O que eu lhe pedia Senhor Presidente, era que, o quanto antes, porque outros municípios já o fizeram e outros estão a fazer, a gente se pudesse sentar todos, e não digo só as a Ascra, mas

todas as instituições do concelho, considero que a Ascra sendo a maior IPSS do concelho tem responsabilidades acrescidas, mas não estou a pedir só para nós, estou a pedir para todos aqueles que terão projetos para aprovar e, esses projetos, são muito importantes, porque podemos estar a falar de centenas ou de alguns milhões de euros, que poderão ser colocados ao serviço da população, e em equipamentos sociais, como creches, como Centros de Dia, como serviço de apoio domiciliário. Portanto, acho que não é preciso estar aqui a explanar muito mais a importância destes equipamentos, pedia-lhe e sei que, desse lado também existe essa sensibilidade, pedia-lhe atenção para esta questão.

Obrigado. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclareceu nos seguintes termos:

“Muito obrigado pelas questões que colocou, dar nota que, efetivamente as verbas que refere, estariam inscritas na ITI do Cávado e, essas verbas foram mapeadas a montante, há muito tempo, para distribuição por diferentes rubricas e diferentes op's no território.

Está a ser negociado agora sim, entre a ANMP, a CIM e o Governo, o encontro de interesses, para a disponibilização de verbas específicas para o setor social e aí sim, fará sentido, que, inscritas ou não no PRR, essas verbas venham dirigidas especificamente ao setor social e às IPSS, dos diferentes municípios. Sem que tal venha retirar, como aconteceu por exemplo no quadro anterior, em que o município de Esposende abdicou de parte da verba do ITI à data, para distribuir pelas IPSS, não podendo depois investir em outros setores que também eram considerados prioritários. Dar nota, e porque referiu a sensibilidade que existe, e é efetiva, do protocolo que existe com todas as IPSS e, do constante e periódico número de apoios pontuais, que o município vai dando, para apoiar as atividades das IPSS, por todo o concelho.

Muito obrigado. -----

E por último, o Presidente da Mesa deu a palavra ao décimo inscrito, Sr. Manuel Carvoeiro, que em síntese disse:

*“Senhor Presidente da Assembleia,
Senhoras e Senhores Deputados,
Senhor Presidente da Câmara,
Senhoras e Senhores Vereadores,
Público presente, a todos saúdo.*

Numa nota inicial, dizer que, não fosse a luta dos apulienses e de Apúlia, tenho a certeza, que não tínhamos estas obras em Apúlia.

Vale a pena lutar na defesa dos direitos, e dos direitos que se prendem com a prestação de serviços públicos.

As questões que quero colocar são estas, na última Assembleia Municipal interpelei o então Senhor Presidente da Câmara, sobre uma escultura que foi erigida na Escola Secundária Henrique Medina, chamada de monumento à Liberdade, da autoria do professor João Machado e de muitos alunos deste professor, e também, contou com a colaboração de outros docentes. Perguntei ao Senhor Presidente da Câmara, onde se encontrava esta escultura, que desapareceu aquando da primeira fase de intervenção naquela escola. E mais perguntei, se a Câmara, vai ou não recolocar na sua integralidade a dita escultura na Escola Secundária Henrique Medina, bem como o painel de azulejos da autoria do saudoso professor Vítres Pires e dos seus alunos.

Esta é uma primeira questão Senhor Presidente.

Uma segunda, tem a ver com a educação.

Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se sabe qual é o estado atual da Escola Básica de Esposende, que relatos recentes, de ontem por exemplo, me davam nota que se encontra em estado de degradação, que a Câmara sabe deste estado avançado de degradação, e até ao momento nada foi feito. Pergunto se conhece esta situação, se a Câmara conhece e, se tenciona intervir a breve trecho, para resolver o problema.

Terceira questão, no passadiço em Fão, do Cortinhal até ao cais do Caldeirão, foram colocadas várias luminárias, que configuram claramente, na minha ótica, e não só, um grande atentado, na perspetiva da poluição luminosa naquele contexto, que pertence ao Parque Natural do Litoral Norte.

Eu pergunto ao Senhor Presidente da Câmara, se a colocação destas luminárias com a intensidade de luz que ali existe, se contou com a emissão de algum parecer por parte das entidades competentes, ICNF, porque é um Parque, o Parque Natural do Litoral Norte, se a Câmara conhece esta situação, se concorda com ela, e se pensa reverter este atentado, que se traduz efetivamente numa grande poluição luminosa, o que é que a Câmara pensa disto.

Dizer só para terminar, que, com a colocação destas luminárias de grande intensidade em termos de luminosidade, várias comunidades de borboletas foram completamente dizimadas, queimadas, e num tempo, e ainda bem, em que se apela às questões ambientais, e é necessário, e há estudos do Parque Natural do Litoral Norte, sobre a preservação de comunidades de borboletas e outros insetos, borboletas noturnas, foram completamente dizimadas.

Pergunto ao Senhor Presidente da Câmara se tem respostas para me dar sobre estas matérias. Agradeço a atenção, obrigado.”-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, esclareceu nos seguintes termos:

“Muito obrigado, senhor Manuel Carvoeiro, relativamente à questão da escultura e dos azulejos eu não estou em condições de lhe dar uma resposta definitiva, eu estou em crer que a escultura já estará pela escola, mas não tenho a certeza, e não queria estar a ser deselegante ao dar-lhe uma resposta que pode não ser a correta. Relativamente à sua colocação e assim o queira também a escola, o Município estará sempre na disponibilidade de o fazer, não obstante, acho que a direção da escola também tem que se pronunciar sobre a questão da escultura e dos azulejos.

Quanto à escola básica, dizia-me a Senhora Vereadora, que de facto, penso que estamos a falar de umas placas que existem nas paredes da escola, nas fachadas, e que esse procedimento está precisamente em curso neste momento, no sentido de se poder criar as condições para se adjudicar a empreitada e resolver o problema. Por isso acredito que não demore muito mais tempo.

Relativamente à iluminação, dar-lhe nota de que, esta era uma ambição antiga das pessoas de Fão, dos fangueiros, da Freguesia, até porque o que estava em causa era uma questão de segurança. Ou seja, aquela é uma travessia onde circulam muitas pessoas, muitas vezes ao final da tarde, ou à noite e, aquilo que se pretendeu também, foi repor as condições de segurança, transportando para ali, grande parte da iluminação. Se existe necessidade de parecer ou não, não lhe sei responder e isso terei que obviamente ver com os serviços, mas não é intenção reverter a instalação das luminárias. Agora, perceber se existe alguma forma de reduzir a intensidade, se isso fizer sentido, só os técnicos lhe poderão dar essa resposta.

Muito obrigado.”-----

Terminado este Período e antes de entrar no Período da Ordem do Dia, o Presidente da Mesa propôs a inclusão de um assunto extra-agenda, de acordo com os números 6, 7 e 8 do artigo 37º do Regimento da Assembleia Municipal de Esposende, informando ter sido distribuído naquela data, via e-mail, a documentação referente ao assunto - Aprovação da Proposta da Câmara Municipal de Autorização de Encargos Plurianuais – Repartição de Encargos da Despesa – PPI 2018|34 – Parque da Cidade, ao abrigo do nº 2 do Artigo 50º do Anexo I, à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.-----

Colocado a votação, foi o mesmo aprovado por maioria, com 25 votos a favor dos Deputados dos Grupos Políticos do PPD/PSD, do CDS-PP, de todos os Presidentes de Junta de Freguesia e das Uniões de Freguesias e dos Deputados Independentes, e 4 votos contra, dos Deputados do Grupo Político do PS, passando assim, a integrar a Ordem de Trabalhos como ponto 03.08.-----

De seguida o Presidente da Mesa entrou no Período da Ordem do Dia.-----

03 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA: _____

03.01 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA POSTURA DE TRÂNSITO DA FREGUESIA DE ANTAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 16 de agosto de 2024, foi presente na sessão, para aprovação, a Postura de Trânsito da Freguesia de Antas, nos termos da alínea g) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO CDS-PP, DE TODOS OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES, E 4 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, DA POSTURA DE TRÂNSITO DA FREGUESIA DE ANTAS, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

03.02 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO, NOS TERMOS DA ALÍNEA K) DO Nº 2 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 25 de julho de 2024, foi presente na sessão para aprovação, Protocolo de Cooperação para a Igualdade e Não Discriminação, nos termos da alínea k) do nº 2 do artigo 25º do Anexo I, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, o Senhor Presidente da Câmara passou a palavra à Senhora Vereadora Eng.ª Alexandra Roeger, tendo a mesma feito uma breve explicação da proposta.----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, DOS TERMOS DO PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO, ATUALIZADO PELA COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DE GÉNERO.-----

03.03 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA AUTORIZAÇÃO DA REVOGAÇÃO DO ADITAMENTO, DE 25/01/2022 E DA RESPECTIVA ADENDA DE 9/05/2022, AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, CELEBRADO, EM 12/07/2016, COM A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO, BEM COMO, PARA AUTORIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, CELEBRADO, EM 12/07/2016, COM A CIM CÁVADO, NOS TERMOS DA MINUTA PROPOSTA.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 19 de setembro de 2024, foi presente na sessão proposta para autorização da revogação do Aditamento, de 25/01/2022 e da respetiva Adenda, de 9/05/2022, ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 12/07/2016, com a COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO, bem como, para autorização da celebração de Aditamento ao Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, celebrado em 12/07/2016, com a COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO, nos termos da minuta constante do anexo II à proposta. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, o Senhor Presidente da Câmara passou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Sérgio Mano, tendo o mesmo feito uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 25 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO CDS-PP, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DOS DEPUTADOS INDEPENDENTES, E 4 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO

POLÍTICO DO PS, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE PARA AUTORIZAÇÃO DA REVOGAÇÃO DO ADITAMENTO DE 25 DE JANEIRO DE 2022, E DA RESPECTIVA ADENDA, DE 9 DE MAIO DE 2022, AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, CELEBRADO, EM 12 DE JULHO DE 2016, COM A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO.-----

MAIS DELIBEROU, AUTORIZAR A CELEBRAÇÃO, DE ADITAMENTO AO CONTRATO INTERADMINISTRATIVO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS, CELEBRADO EM 12 DE JULHO DE 2016, COM A COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO, NOS TERMOS DA MINUTA CONSTANTE DO ANEXO II À PROPOSTA).-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos contra, porque somos completamente adversos à solução que foi encontrada para os transportes públicos no nosso concelho, através da CIM Cávado.

Qualquer cidadão do concelho de Esposende, sabe que estamos pessimamente servidos de transportes públicos. E a CIM Cávado, não é a solução para os transportes públicos dentro do concelho. A solução, é termos como defendemos, uma rede própria de transportes, como tem Barcelos, como tem Braga, como tem Famalicão, como têm outros municípios. Acresce que neste caso, nós estamos ligados a concelhos que nem sequer são contíguos a Esposende, é Esposende, mais Vila Verde, Amares e Terras de Bouro. E aqui, o problema que se colocou, foi por causa da ligação de Braga ao Porto, ninguém do concelho de Esposende vai a Braga para ir para o Porto, nós não temos interesse nenhum nessa questão. E o Senhor Presidente, que já anunciou aqui há pouco, no período de intervenção, que é candidato às próximas eleições, quando diz que está aqui, não a prazo, mas enquanto o povo quiser, e, como o povo só vai querer nas próximas eleições, comece já e o PS faz já um repto que é, saia da solução de transportes da CIM Cávado e avance com uma solução de transportes próprios para o concelho de Esposende. Porque nós temos que servir primeiro os interesses do concelho de Esposende, e eu quando digo concelho de Esposende, nem estou a pensar nas pessoas de Esposende que têm a Central de Camionagem, estou a pensar nas pessoas daqui de Apúlia, pessoas de Forjães, pessoas de Rio Tinto, pessoas de Gemeses, que têm que esperar horas, para circular, principalmente entre Freguesias, de uma zona para a outra. E isso, pode ser perfeitamente corrigido, com uma solução própria de transportes, como tem Barcelos, inclusivamente com transportes de pequena dimensão. E por isso, o PS é contra, porque não concorda com esta solução da CIM Cávado, a nível de transportes, que não olha para Esposende e também nesse aspeto, nós somos um concelho completamente marginal, que estamos a ser excluídos, da discussão na CIM Cávado e eu estou lá, a discussão centra-se sempre no quadrilátero que é Braga, Barcelos, Guimarães e Famalicão. Sendo que Guimarães e Famalicão, nem fazem parte da CIM Cávado, a discussão é o quadrilátero. E nós, que ainda por cima estamos aqui no extremo litoral do distrito, que a agenda de Braga nunca passa por Esposende, nem pelo concelho de Esposende, temos uma oportunidade única de dizer não, saindo desta rede de transportes. Portanto, nós somos contra esta solução.”-----

03.04 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE RECONHECIMENTO DA INTERVENÇÃO DE REABILITAÇÃO NO PRÉDIO INSCRITO NA MATRIZ PREDIAL URBANA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE



ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA, SOB O ARTIGO 6351-P, CONSTITUÍDO EM REGIME DE PROPRIEDADE HORIZONTAL, LOCALIZADO NO LARGO RODRIGUES SAMPAIO, Nº 12 (FRAÇÃO A) E Nº 14 (FRAÇÕES B E C) PARA EFEITOS DE APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS NÚMEROS 1 E 2 DO ARTIGO 45º DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 19 de setembro de 2024, foi presente na sessão para deliberação, a proposta da Câmara Municipal para Reconhecimento da Isenção de IMI e IMT, ao prédio em causa. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, DE RECONHECIMENTO DA ISENÇÃO DE IMI E IMT, AO PRÉDIO REGISTADO NA MATRIZ PREDIAL URBANA DA UNIÃO DE FREGUESIAS DE ESPOSENDE, MARINHAS E GANDRA, SOB O ARTIGO 6351-P, CONSTITUÍDO EM REGIME DE PROPRIEDADE HORIZONTAL, LOCALIZADO NO LARGO RODRIGUES SAMPAIO, Nº 12 (FRAÇÃO A) E Nº 14 (FRAÇÕES B E C), PARA EFEITOS DE APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS NÚMEROS 1 E 2 DO ARTIGO 45º DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS.-----
MAIS DELIBEROU, NOTIFICAR O SERVIÇO DAS FINANÇAS DAS RESPECTIVAS DELIBERAÇÕES, PARA CONHECIMENTO.-----

03.05 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA, AO ABRIGO DO DL Nº 57/2019, DE 30 DE ABRIL.-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 19 de setembro de 2024, foi presente na sessão, para aprovação, Proposta de Transferência de Competências para as Juntas de Freguesia, ao abrigo do DL nº 57/2019, de 30 de abril. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta, tendo a Senhora Deputada Anabela Solinho questionado o seguinte:

“Esta é a proposta da Câmara Municipal, eu suponho que, a esta assembleia, Senhor Presidente, chegarão as aceitações ou não, das respetivas assembleias de freguesia, é isso Senhor Presidente?”-----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

“Os processos são autónomos e individuais, o processo que é tratado na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, decorre num processo autónomo, os processos das Juntas de

Freguesia, acontecem nas Assembleias de Freguesia e nas reuniões do executivo. Chegando a um acordo de ambas as Assembleias, Assembleia Municipal e Assembleia de Freguesia, estão reunidas as condições para celebração do Auto de Transferência. Não havendo acordo, não estão reunidas as condições, e o processo reinicia para nova negociação.” -----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 22 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, 5 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO E, 2 ABSTENÇÕES DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, APROVAR, AO ABRIGO DA ALÍNEA A) A F) DO N.º 1 DO ARTIGO 2.º DO DECRETO-LEI N.º 57/2019, DE 30 DE ABRIL, LAVRANDO O COMPETENTE AUTO DE TRANSFERÊNCIA ELABORADO NOS TERMOS DA MINUTA ANEXA, PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA A FREGUESIAS DO CONCELHO NOS DOMÍNIOS DA GESTÃO E MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES; LIMPEZA DAS VIAS E ESPAÇOS PÚBLICOS, SARJETAS E SUMIDOUROS; MANUTENÇÃO, REPARAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DO MOBILIÁRIO URBANO INSTALADO NO ESPAÇO PÚBLICO, COM EXCEÇÃO DAQUELE QUE SEJA OBJETO DE CONCESSÃO; GESTÃO E MANUTENÇÃO CORRENTE DE FEIRAS E MERCADOS; REALIZAÇÃO DE PEQUENAS REPARAÇÕES NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO BÁSICO; E MANUTENÇÃO DOS ESPAÇOS ENVOLVENTES DOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E DO PRIMEIRO CICLO DO ENSINO.-----
MAIS DELIBEROU, QUE A PRESENTE DELIBERAÇÃO PRODUZA EFEITOS A 1 DE JANEIRO DE 2024, CONDICIONADA À OUTORGA DOS AUTOS DE TRANSFERÊNCIA PREVISTOS NO PONTO 1 DA PROPOSTA, QUE DETERMINARÃO O TÉRMINO DE VIGÊNCIA DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO CELEBRADOS AO ABRIGO DOS ARTIGOS 132.º A 136.º DO ANEXO I À LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, AO ABRIGO DO DISPOSTO NO NÚMERO 3 DO ARTIGO 41.º DA LEI N.º 50/2018, DE 16 DE AGOSTO.-----

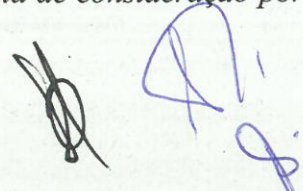
Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Conforme já declaramos na última assembleia em que este assunto foi tratado, a Câmara Municipal está a transferir para as freguesias, apenas algumas competências que a lei determina, outras reserva-as para si, porquê?

Porque os Senhores Presidentes de Junta, fizeram todos uma carta minutada pela Câmara, em que o teor era exatamente igual e houve uma Junta que inclusivamente nem se deu ao trabalho de a pôr em papel timbrado dela, foi mesmo assim em branco, conforme tinha recebido da Câmara. Isto demonstra a subserviência dos Presidentes de Junta deste concelho, aos interesses do Município.

Porque é que a Câmara não transfere todas as competências que a Lei permite?

Para manter controle político e para ter receitas, e aquilo que está a ser feito hoje e esta proposta que hoje vem aqui, tem dois problemas. O primeiro é uma falta de consideração por



esta assembleia, porque a Câmara mesmo sem saber, o que é que nós íamos votar, já tinha mandado para as Juntas e para as Assembleias de Freguesia, para votarem esta dotação para as competências, e nem sabiam o que é que a Assembleia ia votar, quando a Câmara não podia fazê-lo, sem a Assembleia ter dado o prévio consentimento, que só foi dado agora. Aliás ainda nem a minuta foi aprovada. Mas aqui vale tudo, porque como contam sempre, desculpem, com ovo no dito da galinha, podem fazer tudo e nada acontece. Isso de cumprir formalidades legais, isso é só para os outros, em Esposende isso não é preciso, a maioria do PSD lava tudo, como se viu aqui nesta Assembleia.

E depois, há outra questão que nós não podemos concordar com esta proposta, e por isso, votamos contra, que é a insuficiente dotação de meios financeiros para as freguesias.

Todas as freguesias se queixam que têm falta de meios.

No mandato anterior e neste mandato, andei pelas freguesias a assistir a Assembleias das Freguesias, a todas do concelho. O que é que aconteceu, todos os Presidentes de Junta diziam que tinham poucos meios, mas depois chegam aqui e votam todos a favor, porque é aquilo que a Câmara lhes dá.

Dizem que não têm meios financeiros para fazer nada, mas depois chegam aqui e votam tudo o que a Câmara lhes dá. E, portanto, hoje que está aqui muita gente de Apúlia, fiquem a saber, que nunca o vosso Presidente da Junta, reclamou mais meios na Assembleia Municipal, para a freguesia de Apúlia. Se o reclama nos gabinetes do Presidente não sei, e nenhum dos outros Presidentes levantou a voz na Assembleia Municipal, e eu já estou a acabar o segundo mandato na Assembleia Municipal, ninguém nunca reclamou mais meios financeiros para a sua freguesia e, portanto, o PS não pode concordar com esta proposta que hoje vem apresentada, porque é uma proposta claramente insuficiente para as necessidades das freguesias deste concelho.”-----

Pelo Deputado Independente Marcelino Cunha, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“Eu voto a favor, mas quero aqui deixar registado o meu raciocínio quanto à minha preocupação com o estado das coisas de interesse comum, e que custam dinheiro a todos nós. Atrevo-me a dizer que esta “transferência de competências” é antes uma transferência de problemas”.

Ora vejamos:

O financiamento das Junta de Freguesia é feito pela Câmara através do “Acórdão de Execução”, ao que acrescem os apoios ocasionais, mas que vigora desde 2016 até à data.

Os 40% que o Senhor Presidente falou, incidirão sobre o valor desse Acórdão, que vigora desde 2016, penso eu, 40% de quê?

Ora, depois de ver o que é proposto, eu considero que há aqui um “Caderno de Encargos” que sinceramente não compreendo como é que os Senhores Presidentes de Junta concordam serenamente com esta proposta.

E porque estamos em Apúlia, tomo como exemplo precisamente Apúlia e Fão: no ponto 2 da proposta, em “quadro 1 - valores de transferências” temos 139.000,00€ para Apúlia e Fão, não acredito que a Junta de Apúlia e Fão consiga sobreviver financeiramente, uma vez que, só para pessoal, ultrapassa anualmente este valor.

Aliás, como disse o Luís Peixoto, e muito bem!

E o que acarreta este “Caderno de Encargos”, vai ser pago como?

Estou intrigado com a forma pacífica como os Senhores Presidentes de Junta aceitam estas

condições de financiamento com mais estas responsabilidades. Estão com medo de quê ou de quem? Defendam os que votaram em vós.

Pode haver uns Presidentes de Junta com muito dinheiro, mas não acredito que queiram ficar fiadores da Câmara Municipal, mas que terão responsabilidades pessoais acrescidas, terão.

Já o disse e repito-o aqui que, o único Presidente de Junta reivindicativo e que manifestou enorme preocupação com esta “armadilha”, foi o Presidente Valdemar Faria.

Bem, ou os Senhores Presidentes de Junta estão deslumbrados com a importância do que vão assumir, ou são obrigados a concordar, ou estão à espera do final de mandato para deixar o problema nas mãos de quem vier.

Há Presidentes de Junta que a partir das próximas eleições deixarão de o ser, mas ficarão conotados com o problema que deixam.

Porque será que, no que de respeito a cuidados de asseio, a cidade de Esposende e as freguesias parecem abandonadas?

Será melhor o executivo repensar este assunto, reavaliar as necessidades e retificar os valores considerando que as verbos apresentadas vão ser um problema em vez de ser uma solução.

Penso que deve fazê-lo.

Muito obrigado!”-----

Pela Deputada Independente Anabela Solinho, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“Eu voto contra, porque o valor de transferência parece-me manifestamente pouco, para as Uniãos de Freguesias fazerem frente às despesas e às necessidades. Nomeadamente a União de Freguesias de Apúlia e Fão, muito embora, tendo assistido à Assembleia de Freguesia passada, não tenha visto da parte do Senhor Presidente da Junta, grandes esforços nem negociação, nem preocupação alguma, com o que iria receber a menos, daquilo que poderia vir a solicitar.

Muito obrigada!”-----

Pelo Grupo Político do PPD-PSD foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos favoravelmente a proposta apresentada para a transferência de competência para as juntas de freguesia, porquanto:

Tratando-se de um processo complexo do ponto de vista técnico para se chegar à fase de negociação entre as autarquias, conforme resulta da leitura do documento, foram analisadas diversas variáveis para que os acordos a estabelecer com as juntas de freguesias fossem justos e equilibrados.

E sabendo nós que o objetivo da proposta passou por trazer justiça e equidade no tratamento para com as juntas de freguesia, qualquer valor que viesse a ser proposto, seria sempre considerado insuficiente por parte daquelas autarquias.

E por isso, valorizamos e destacamos o esforço do município e o bom senso que imperou nas negociações por parte das juntas de freguesia, o que lhes permitiu alcançar os acordos com a câmara municipal.

Por outro lado, entendemos que os valores propostos, que ascendem a um aumento de cerca 44% em relação aos acordos de execução anteriores, que correspondem a um montante de 189 965,00€ de aumento anuais, permitirão atingir um valor global a transferir de 626 482,00€.

Um valor justo, que permite garantir e respeitar a autonomia das juntas de freguesia, sem pôr em causa as contas do município, mesmo sabendo que a proposta de aumento tem efeitos

retroativos a 1 de janeiro deste ano.

O que se traduz numa medida que permite, desde já, às juntas de freguesias acederem a verbas que lhes permitirão fazer face as suas necessidades de tesouraria mais básicas no imediato.

Por último, e porque este é um processo evolutivo, não podemos deixar de destacar a disponibilidade do executivo para, sempre que se justificar, se poder rever o acordo, no sentido de o corrigir quando comprovadamente se verificar essa necessidade.

Em suma, estamos perante uma proposta de transferência de competências cuja componente financeira que a acompanha irá contribuir para que as juntas de freguesias possam, no imediato, fazer face às suas necessidades de financiamento mais prementes, garantindo, assim, um aumento permanente de cerca de 44% em relação aos valores anteriormente recebidos pelas juntas de freguesias ao abrigo dos acordos de execução que firmaram no passado com a câmara municipal.

Por tudo isto, votamos favoravelmente.”-----

Pelo Presidente da Junta da União de Freguesias de Apúlia e Fão, Valdemar Faria, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:

“A transferência de competências da Câmara Municipal para as Juntas de Freguesia, conforme estabelecido pelo Decreto-Lei nº 57/2019, de 30 de abril, representa um passo significativo para a descentralização administrativa em Portugal. Este processo, visa aproximar a gestão pública dos cidadãos, permitindo uma resposta mais ágil e adequada às necessidades locais, promovendo uma gestão mais eficiente e uma prestação de serviços mais próxima e eficaz para os cidadãos.

Com a concretização desta descentralização, as freguesias ganham maior autonomia, aumentam os seus recursos financeiros, conseguem melhorar os serviços locais e promover políticas que permitam um desenvolvimento local mais acentuado.

Nessa sequência, assinalo como positivo o início do processo de transferência de competências promovido pela Câmara Municipal, visando a autonomia financeira das freguesias, e consequente resposta às novas exigências que os nossos territórios demandam.

Não posso deixar, contudo, de referir que, enquanto Presidente desta União de Freguesias de Apúlia e Fão, serei um eterno insatisfeito no que diz respeito à satisfação das necessidades destas duas lindas Vilas, a que tenho a honra e o orgulho de Presidir. Quero com isto dizer que, independentemente do importante passo que está hoje a ser dado, continuarei a sensibilizar a Câmara Municipal, para a importância da autonomia financeira destas Freguesias, concretizada por mais aumento dos nossos recursos financeiros, com a revisão dos critérios e conteúdos expressos na proposta hoje apresentada a discussão e votação, pois, só assim, conseguiremos promover uma gestão mais próxima das populações e, consequentemente mais eficaz.

Apúlia e Fão são dois destinos turísticos de excelência, cada uma com as suas próprias atrações e, por isso, com características únicas e que carecem de uma atenção especial pois são extremamente importantes para o nosso concelho de Esposende.

Por tudo isto, porque acredito que o bom senso vai imperar e porque não tenho dúvidas que este protocolo tem que ser revisto, o meu voto é favorável.

Muito obrigado!”-----

Pelo Deputado Otílio Hipólito do Grupo Político do PPD-PSD, foi apresentada declaração de voto que se transcreve:



"Voto a favor desta proposta pois, como expresse pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Esposende, o presente ponto da ordem de trabalhos é autónomo do processo de aprovação pelos executivos e assembleia de Freguesias, e é necessária a aprovação da Assembleia Municipal para a concretização das transferências de competências para as freguesias, independentemente da votação ocorrida nestes órgãos.

Este processo constitui um passo positivo por parte da Câmara Municipal de Esposende, possibilitando uma fonte de receita necessária para a obtenção da autonomia financeira das juntas do concelho de Esposende, que está aliada ao facto do executivo camarário assumir que irá continuar a apoiar as freguesias nos mesmos moldes como nos anos anteriores.

Mais, por respeito à maioria das deliberações tomadas pelos diversos executivos e assembleias de freguesias do concelho, que aprovaram a proposta apresentada pela Câmara e hoje em discussão e votação na corrente assembleia municipal, o meu voto só pode ser a favor."-----

03.06 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DE REGULAMENTO DE TRANSMISSÃO ÁUDIO E VÍDEO EM DIRETO DAS REUNIÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA ALÍNEA G) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

Foi presente na Sessão proposta para apreciação e votação do Regulamento de Transmissão Áudio e Vídeo em Direto das Reuniões da Assembleia Municipal de Esposende. Fica arquivado original do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi feita uma breve explicação da proposta, tendo a Deputada Municipal Anabela Solinho, colocado algumas questões, às quais, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal esclareceu prontamente.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DE REGULAMENTO DE TRANSMISSÃO ÁUDIO E VÍDEO EM DIRETO DAS REUNIÕES DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

"Votamos a favor porque achamos que é fundamental que as sessões da Assembleia sejam transmitidas via internet para que toda a gente possa assistir. E já deviam ter sido há muito tempo e andamos a arrastar este assunto durante, estamos quase no fim do mandato, mas há uma questão que eu gostava de deixar aqui clara, é que há uma duplicidade de situações, porque já houve assembleias municipais, nomeadamente no dia 25 de abril, foi transmitido em direto e não foi pedida a minha autorização, nem a ninguém que foi falar, nem sequer às pessoas que estavam no público e que estavam a ser filmadas. E há sessões que têm sido transmitidas pelo Município, nomeadamente, no 19 de agosto e outros discursos do Senhor Presidente da Câmara, em direto, e ninguém pede autorização e aí não há proteção de dados. Só há proteção de dados para as Assembleias Municipais, para as pessoas não saberem o que

se passa cá, mas para outras coisas não há proteção dados. Nem para o boletim municipal, que fotografam toda a gente, mesmo os que estão na assistência, e ninguém pede autorização a ninguém, para divulgar as imagens.

E por isso nós votamos a favor porque é importantíssimo que esta medida entre em vigor rapidamente, para que toda a gente possa assistir às Assembleias, mas, assinalamos aqui, a duplicidade, das duas caras desta maioria do PSD.”-----

Pelo Grupo Político do CDS-PP foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Senhor Presidente, registamos com muito agrado este momento, é sem dúvida a comemoração dos 50 anos do 25 de abril, um grande passo que é dado na democracia de Esposende.

No início do seu mandato, o Senhor Presidente a propósito deste tema, dizia que “Roma e Pavia não se faziam num dia”, estava longe de imaginar que demoraríamos quase 4 anos, estamos praticamente a um ano do final do mandato, mas ainda bem que chegamos a este momento, e queria aqui agradecer a todos aqueles que se envolveram na produção deste documento, ao arquiteto António Morgado, ao doutor Otílio, à Mesa, ao deputado Marcelino e de modo especial, sublinhar aqui a forte intervenção do Senhor Presidente da Assembleia, doutor Carlos Silva, que se empenhou fortemente, disse que era uma promessa que queria levar ao fim e, de facto, cumpriu-a e está de parabéns, estamos todos de parabéns. Muito obrigado!”-----

03.07 - PARA CONHECIMENTO:

03.07.01 – PEDIDOS DE ISENÇÃO E DE RATIFICAÇÃO DE ISENÇÃO DE TAXAS, AO ABRIGO DAS MEDIDAS PREVENTIVAS APROVADAS PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL EM 30 DE NOVEMBRO DE 2015. -----

03.07.02 - RELATÓRIOS E INFORMAÇÕES DAS EMPRESAS PÚBLICAS MUNICIPAIS, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO E DO ARTIGO 54º DO DECRETO-LEI Nº 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO:

. EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM:

- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1º TRIMESTRE 2024.----

. ESPOSENDE 2000 – ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM:

- RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1º SEMESTRE 2024.-----

De harmonia com as deliberações tomadas pela Câmara Municipal, foram presentes na sessão, para conhecimento, Pedidos de Isenção e de Ratificação de Isenção de Taxas, ao abrigo das medidas preventivas aprovadas pela Assembleia Municipal em 30 de novembro de 2015 e os Relatórios de Execução Orçamental – 1º trimestre de 2024, da empresa municipal Esposende Ambiente, EM e do 1º semestre de 2024, da empresa municipal Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO._____

Pelas 23h00 ausentou-se da presente sessão o Deputado Municipal Losa Esteves.-----

EXTRA-AGENDA 03.08 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO DE ENCARGOS PLURIANUAIS – REPARTIÇÃO DE ENCARGOS DA DESPESA – PPI 2018|34 – PARQUE DA CIDADE, AO ABRIGO DO Nº 2 DO ARTIGO 50º DO ANEXO I, À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----

Foi presente na Sessão proposta para discussão e aprovação do investimento – empreitada Parque da Cidade - financiado por empréstimo, bem como, para autorização de repartição de encargos e compromissos plurianuais. Fica arquivado original da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Senhor Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação da proposta.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, COM 24 VOTOS A FAVOR DOS DEPUTADOS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO CDS-PP, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E DO DEPUTADO INDEPENDENTE MARCELINO CUNHA, 3 VOTOS CONTRA DOS DEPUTADOS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E 1 ABSTENÇÃO DA DEPUTADA INDEPENDENTE ANABELA SOLINHO, APROVAR O INVESTIMENTO DA EMPRETITADA PARQUE DA CIDADE, PARA EFEITOS DO N.º 2 DO ARTIGO 51.º DA LEI N.º 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO, BEM COMO, AUTORIZAR A REPARTIÇÃO DE ENCARGOS E COMPROMISSOS PLURIANUAIS DA DESPESA PPI 2018 I 34 – PARQUE DA CIDADE - 07010405, EM CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO ARTIGO 22.º DO DECRETO-LEI N.º 197/99, DE 8 DE JUNHO E NOS ARTIGOS 6.º, N.º 1, ALÍNEA C) DA LEI N.º 8/2012 DE 21 DE FEVEREIRO E 12.º DO DECRETO-LEI N.º 127/2012, DE 21 DE JUNHO:

. 2024 - 3.900.000,00 €;

. 2025 – 2.990.000,00 €.-----

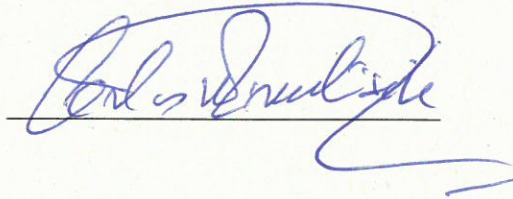
Pelo Grupo Político do PS foi apresentada a declaração de voto que se transcreve:

“Votamos contra, por uma questão de coerência com votações anteriores sobre esta matéria. Nós não somos contra a construção de um Parque da Cidade em Esposende, como não somos contra, a construção de obras. Mas somos contra, que a Câmara tenha ido pedir seis milhões de euros ao banco, para fazer um Parque da Cidade em Esposende, que é uma obra que não é urgente, nem sequer prioritária, e tenha Freguesias neste concelho que nem saneamento tem, com as vias todas estouradas, todas danificadas, sem iluminação pública capaz e, portanto, um concelho com tantas necessidades básicas por executar ao fim de 50 anos do 25 de abril. E por isso, o partido socialista volta contra esta má gestão do dinheiro municipal.”-----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião, fosse aprovada em minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, sendo aprovada por unanimidade para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 23 horas e 10 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



A Segunda Secretária,

